

**ALENTEJO 2010: O CENÁRIO MAIS PROVÁVEL<sup>1</sup>**  
*Questões de Desenvolvimento, Ordenamento, Ambiente e Qualidade de Vida*

Marcos Olímpio Gomes dos Santos<sup>2</sup>

**Plano esquemático**

Introdução.....	4
Metodologia.....	5
I    Resumo do cenário mais provável para o Alentejo em 2010, e dos respectivos antecedentes.....	14
II   Evolução da envolvente.....	19
III  Abordagens explicativas.....	21
IV  Quadro estratégico que se depara ao Alentejo.....	39
V   Problemas e desafios (estratégicos) enfrentados pelo Alentejo.....	44
VI  Uma primeira resposta aos problemas e desafios: as visões (de sucesso) para a região.....	46
VII Uma segunda resposta aos problemas e desafios: as estratégias globais e parcelares.....	48
VIII As características de uma via de desenvolvimento provável para o Alentejo.....	55
IX  O cenário voluntarista/contrastado.....	59
X   Sugestões e recomendações.....	70
XI  Questões finais e linhas de investigação.....	76
Bibliografia .....	78

Évora

20 de Julho de 1998

---

<sup>1</sup> Documento em aberto (*living document*), retirado da tese de doutoramento do autor, susceptível de ser reformulado por sugestão dos leitores ou, devido a recolha de informação adicional.

<sup>2</sup> Sociólogo. Membro do Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia “Augusto da Silva” (Universidade de Évora).

## SIGLAS

a.C.	Antes de Cristo
CCRA	Comissão de Coordenação da Região Alentejo
CEE	Comunidade Económica Europeia
CMVN	Câmara Municipal de Vendas Novas
CCOPA	Comissão Coordenadora de Obras Públicas do Alentejo
DL	Decreto-Lei
EFMA	Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva
Há	Hectare
ISESE	Instituto Superior Económico e Social de Évora
Km	Kilómetro
OID	Operação Integrada de Desenvolvimento
OT	Ordenamento do Território
PIDD	Plano Integrado de Desenvolvimento Distrital
PDM	Plano Director Municipal
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PO	Programa Operacional
UCP	Unidade Colectiva de Produção

## **ABSTRACT**

Como será o mais provavelmente o Alentejo em 2010 em termos de desenvolvimento, ordenamento do território, ambiente e qualidade de vida?

Foi esta a questão que o autor se colocou ao pretender elaborar o projecto de tese de doutoramento. A síntese dos resultados da pesquisa realizada para dar resposta à questão que se lhe encontra subjacente, é o que se apresenta no presente texto, onde, para além do cenário mais provável para o Alentejo, são também esboçados cenários para as envolventes da região.

**Palavras-chave:** Alentejo; Desenvolvimento; Ordenamento do Território; Ambiente; Qualidade de Vida; Prospectiva; Método Delphi.

## ÍNDICE

## ÍNDICE

Introdução.....	4
Metodologia.....	5
1. Fase de projecto da pesquisa e de selecção dos métodos.....	5
2. Fase de elaboração dos instrumentos da pesquisa, e de recolha e tratamento da informação.....	7
3. Fase de análise dos resultados e de reflexão.....	11
I Resumo do cenário mais provável para o Alentejo em 2010, e dos respectivos antecedentes.....	14
II Evolução da envolvente.....	19
2.1. Nacional.....	19
2.2. Supra-nacional.....	20
III Abordagens explicativas.....	21
3.1. Recapitulativa.....	21
3.2. Suplementar de raiz sociológica.....	22
3.3. Residual de âmbito específico e natureza teórico-conceitual.....	24
IV Quadro estratégico que se depara ao Alentejo.....	39
4.1. Ameaças.....	39
4.2. Oportunidades.....	39
4.3. Debilidades/Fraquezas.....	39
4.4. Forças/Trunfos/Vantagens.....	40
V Problemas e desafios (estratégicos) enfrentados pelo Alentejo.....	44
VI Uma primeira resposta aos problemas e desafios: as visões (de sucesso) para a região.....	46
VII Uma segunda resposta aos problemas e desafios: as estratégias globais e parcelares.....	48
7.1. Estratégias globais.....	49
7.2. Estratégias parcelares.....	52
VIII As características de uma via de desenvolvimento provável para o Alentejo.....	55
IX O cenário voluntarista/contrastado.....	59
9.1. Pressupostos a nível global.....	60
9.2. Pressupostos a nível da União Europeia.....	62
9.3. Pressupostos a nível do Arco Atlântico.....	64
9.4. Pressupostos a nível nacional.....	66
9.5. Pressupostos a nível do Alentejo.....	68
X Sugestões e recomendações.....	70
XI Questões finais e linhas de investigação.....	76
Bibliografia .....	78

## **INTRODUÇÃO**

Numa época em que os estudos prospectivos se expandiam não só no meio académico, mas começavam também a suscitar o interesse de decisores de organismos públicos e de empresas, o autor sentiu-se motivado para realizar uma pesquisa dessa natureza.

Devido ao facto de residir no Alentejo optou por seleccionar esta região para objecto de estudo. O presente texto tem assim por objectivo dar a conhecer os resultados da pesquisa realizada, expondo os traços do cenário mais provável para 2010.

Os resultados da pesquisa são apresentados através de 9 pontos após os quais constam as Questões finais e linhas de investigação

## METODOLOGIA

Neste ponto dar-se-á a conhecer quais foram as vias e os procedimentos técnicos adoptados, com a finalidade de se traçar o futuro mais provável para o Alentejo em 2010.

Para esse efeito apresenta-se neste texto as seguintes fases do percurso da pesquisa e respectivo conteúdo:<sup>3</sup> i) fase de projecto da pesquisa e de selecção dos métodos, ii) fase de elaboração dos instrumentos de pesquisa, e de recolha e tratamento da informação, e iii) fase de análise dos resultados e reflexão.

### 1. FASE DE PROJECTO DA PESQUISA E DE SELECÇÃO DOS MÉTODOS

Esta fase consistiu predominantemente na realização das seguintes tarefas: i) elaboração da listagem de um feixe de interrogações iniciais (perguntas de partida ou questões prévias) que o autor colocou a si mesmo,<sup>4</sup> ii) delimitação do tema, iii) selecção e análise da bibliografia inicial, iv) aplicação de entrevistas exploratórias, v) definição dos objectivos (v: supra 1.3.), vi) enunciação da hipótese central de partida (v: supra 1.6.), vii) selecção dos métodos e técnicas, e viii) calendarização das tarefas a realizar.

Em função dos objectivos traçados, foram seleccionados os métodos e as técnicas a aplicar. O método de abordagem, ou seja o método subjacente à elaboração do cenário mais provável, e que (implícita ou explicitamente) está presente ao longo do trabalho, é o método prospectivo,<sup>5</sup> que dá resposta às preocupações colocadas por uma postura pró-activa, a qual procura antecipar “as

---

<sup>3</sup> Dada a sua importância para o estudo e para o esclarecimento do leitor, destaca-se no sub-ponto 2.2. da tese os seguintes tópicos: i) pressupostos que balizam a pesquisa, ii) operacionalização da hipótese e, iii) corolários, ou enunciados dedutíveis decorrentes dos enunciados nos pontos anteriores. No sub-ponto 2.3., explicita-se esquematicamente o modelo seguido para abordagem do tema.

<sup>4</sup> Na tese constam no Anexo V

<sup>5</sup> Esse método, a cuja adaptação se procedeu para a realização deste trabalho, consiste na elaboração sobre a história em curso, de um conjunto de hipóteses, sujeito cada vez mais a métodos e técnicas de controle, pedidas ao *corpus* de disciplinas científicas existentes, de maneira que o enunciado das hipóteses e as conclusões, tenham cada vez mais crédito, para o que se exige que permitam raciocinar sobre o possível e sobre o provável, sem muito de arbitrário. (DECOUFLÉ, 1972). Como se depreende, nos estudos prospectivos, as conclusões que for possível tirar têm que se considerar sempre provisórias, uma vez que acontecimentos estruturantes não previstos podem alterar em qualquer momento, os resultados da pesquisa realizada.

ameaças e as oportunidades que se anunciam no horizonte, a fim de corrigir a rota sem, no entanto perder o Norte.” (GODET, 1993, p. 23)

A realização deste estudo prospectivo colocou do ponto de vista metodológico três problemas essenciais para resolver previamente, e que Leclerc (1991) já havia identificado como sendo: i) a caracterização do estado do sistema e respectiva dinâmica, tópicos estes sobre os quais incidiram dois tipos de análise: a retrospectiva e a actual; ii) a percepção de regularidades de transição ou de imobilismo, que permitissem descrever os processos de transformação e/ou de conservação/imobilidade do sistema; e iii) a contextualização do sistema, por forma a estabelecer os pressupostos e as hipóteses prováveis inerentes ao seu estado futuro, susceptíveis de favorecer a elaboração do cenário provável.

A resolução desses problemas implicou que na análise prospectiva se tivesse que percorrer duas etapas.

A primeira etapa consubstanciou-se no estudo da literatura seleccionada em ordem a sistematizar: i) os factos já conhecidos, ii) as principais tendências endógenas e exógenas, iii) as principais (in) certezas, iv) os problemas chave. Nesta etapa efectuou-se portanto o estudo retrospectivo para conhecer e compreender se o sistema em análise se alterou no passado e porquê, ou seja realizou-se uma pesquisa das sementes de mudança e das raízes da tradição/conservação detectáveis na situação de partida, e respectivas tendências, com a finalidade de melhor se conhecer o sentido da trajectória do sistema considerado. Procedeu-se ainda ao enquadramento do sistema, o que incluiu a abordagem das envolventes nacional e global, cujas perspectivas de evolução mais provável foram traçadas com base na bibliografia recolhida (ajustando-se em traços gerais as indicações recolhidas, com as perspectivas dos quinze respondentes inicialmente seleccionados). Ou seja, procedeu-se num primeiro tempo a uma descrição exaustiva do sistema territorial Alentejo e à sua contextualização, a fim de num segundo tempo se reduzir, por abstracção crescente, a complexidade desse sistema, bem como da complexidade envolvente, aos factores essenciais (com base nas variáveis seleccionadas), o que se processou de acordo com as três tarefas seguintes:

1ª Tarefa: durante a qual se aprofundou o conhecimento quer do presente e do passado do sistema, quer do presente e do passado das envolventes, bem como das respectivas tendências, mediante o recurso à análise documental;

2ª Tarefa: constituída pela operacionalização da hipótese, que consiste na elaboração do enunciado inicial das variáveis endógenas e exógenas a ter em

consideração, sejam ou não quantificáveis,<sup>6</sup> (cujo elenco final embora seja abordado mais à frente, se encontra sistematizado no Anexo VI para possibilitar uma consulta mais cómoda).

3ª Tarefa: agregação das variáveis endógenas e exógenas por conjuntos (ou factores),<sup>7</sup> o que ao permitir um grau mais elevado de raciocínio abstracto, possibilitou relacionar os factores, com base num conjunto de matrizes construídas para o efeito, de forma a situar cada factor em função do grau de motricidade e de dependência relativamente aos outros factores.

## 2. FASE DE ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA PES - QUISA, E DE RECOLHA E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Ultrapassada a primeira etapa depararam-se as tarefas a cumprir na fase seguinte, e que conforme já haviam referido (SOARES, 1985), ORTIGUEIRA BOUZADA (1984) e RUIZ OLABUENAGA (1989), consistem em: i) aclarar o problema central; ii) seleccionar o painel de especialistas; iii) elaborar, testar e aplicar o inquérito a que respondem os especialistas seleccionados; iv) analisar os resultados dos questionários preenchidos; v) confrontar os resultados, e se estes forem divergentes, contactar novamente os respondentes, para saber se mantêm ou alteram a posição inicial (conforme exigência inerente ao método Delphi); vi) elaborar o relatório preliminar.

Para o efeito, após clarificação da problemática, aperfeiçoamento e operacionalização final da hipótese, e selecção dos especialistas, percorreram-se as sequências, e recorreu-se aos procedimentos inerentes ao método prospectivo específico designado por método Delphi. Para que o grau de fiabilidade do método possa ser considerado satisfatório impõe-se que o investigador tome duas precauções: i) a primeira, que inquiria verdadeiros peritos, ou seja respondentes verdadeiramente habilitados com conhecimentos que lhes permitam responder às questões formuladas; ii) a segunda, que tenha a confirmação de que a opinião do

---

<sup>6</sup> Para o efeito recorreu-se previamente ao simulacro de um *ideal tipo* (no sentido weberiano) de desenvolvimento (v: definição do conceito no Anexo I), após o que se passou à configuração de um *ideal tipo* de região desenvolvida, com base em CUADRADO-ROURA (1995), o qual se comparou com a situação vivida no Alentejo.

<sup>7</sup> Dado o carácter predominantemente qualitativo adoptado no tratamento dos dados (devido ao reduzido número de respondentes), a delimitação dos factores foi efectuada de acordo com a opinião de dez especialistas em desenvolvimento, que após duas auscultações acordaram com a grelha estabelecida.

grupo de peritos inquiridos seja melhor do que a de um perito isolado. Questões, estas, relacionadas com as potencialidades e debilidades do Delphi.

Uma das potencialidades deste método reside no facto de propiciar uma base para a tomada de decisão, uma vez que se baseia na convergência de opiniões, ou mesmo no consenso de especialistas sobre um determinado assunto, convergência obtida à volta de valores, pontos de uma escala, ou afirmações alternativas que polarizam as opções (no final maioritárias ou unânimes) dos respondentes.

Mas o método apresenta também debilidades na medida em que a convergência de opiniões não significa necessariamente acertar no exacto ou aproximado desfecho das situações futuras. Assim sendo, o consenso não se identifica com uma boa previsão, pois todos, ou quase todos os respondentes, podem encontrar-se simultaneamente a lavrar no mesmo erro de leitura da situação em análise. Aliás, a experiência neste campo da previsão mostrou já que é indispensável desconfiar das ideias dominantes, encontrando-se muitas vezes o ponto de vista correcto em situação minoritária. Em face deste panorama GODET (1993) é de opinião de que se o Delphi, na sua versão clássica extremada (procura da unanimidade ou da ínfima amplitude entre as opções dos respondentes), parece adaptado às aplicações normativas, corre o risco de ser mais enganador do que útil nas aplicações previsionais. Haverá então, segundo esse autor, que alterar as práticas de modo a que o Delphi se torne mais útil para a previsão, devendo o investigador evitar a redução quase forçada da amplitude entre os extremos,<sup>8</sup> tornando-se então nesta perspectiva menos necessário proceder a vários envios de questionários (pois que vários envios arrastam a demora do processo de investigação, são dispendiosos, fastidiosos e, por vezes arriscados porque, em cada iteração, um certo número de peritos «evapora-se»<sup>9</sup>).

Com este método, que como acima referido se fundamenta na intuição e nos conhecimentos de peritos, procurou-se no presente trabalho atingir um consenso alargado entre as testemunhas privilegiadas no conhecimento da realidade

---

<sup>8</sup> Porém quando se verifique haver inapelavelmente diferentes convergências em direcção a duas (ou mesmo três) opções diferentes (bipolarização ou tripolarização), é de toda a conveniência traçar um número de cenários conforme o número de polarizações observadas, referindo-se qual a respectiva probabilidade de ocorrência do cenário.

<sup>9</sup> Uma alternativa no caso das aplicações previsionais, reside na utilização da técnica designada por mini-delphi. Nesta técnica experimentada desde o início dos anos 70, “os peritos estão reunidos num mesmo local e debatem cada questão antes de responderem individualmente. O mini-delphi está destinado a conhecer, sob diversas formas, uma expansão considerável devido a novas possibilidades oferecidas pelo microinformática na utilização de máquinas de votar.” (GODET, 1993, p. 184).

alentejana, que para o efeito foram submetidas a consultas sucessivas e repetidas (duas no mínimo e três no máximo), numa forma independente (SOARES, 1985), sendo as respostas controladas estatisticamente, visando apurar, recorde-se:

a) Quer as perspectivas deste sub-universo para 2010 sobre as variáveis seleccionadas no âmbito do desenvolvimento, do ordenamento, do ambiente e da qualidade de vida para o Alentejo, e ainda sobre as variáveis seleccionadas para caracterizar a especificidade do espaço rural da região,<sup>10</sup> também nesta data;

b) Quer a avaliação que os respondentes referidos, efectuavam sobre a situação para as mesmas variáveis no momento de partida (1990).

Assim a cada um dos inquiridos neste tipo de entrevista, após apreciarem os pressupostos de partida (sobre a evolução das envolventes), foi apresentado um impresso no qual figuravam as diversas variáveis incluídas em cada uma das três áreas temáticas (desenvolvimento e demografia, ordenamento do território, ambiente e qualidade de vida), pedindo-se-lhes que sobre todas aquelas variáveis que detivessem um conhecimento minimamente satisfatório: i) indicassem em primeiro lugar numa escala de +4 (situação muito satisfatória) a -4 (situação muito insatisfatória) a situação em que no ano de 1990 situavam a variável em apreciação; ii) seguidamente apontassem a tendência da variável (melhorar, manter, piorar, de acordo também com uma escala de +4: melhorar muito, a -4: piorar muito)<sup>11</sup> até 2010, e iii) finalmente, tendo em atenção a escala referida em i) seleccionassem a situação que consideravam mais provável para a variável nesta data.<sup>12</sup> (v: exemplares dos impressos utilizados, no Anexo VII). Para as variáveis incluídas em áreas específicas (emprego assalariado, emprego total, taxa de desemprego),<sup>13</sup>

---

<sup>10</sup> Para este efeito foi seleccionado um sub-universo que não coincidiu com o seleccionado para se debruçar sobre a situação e evolução das variáveis referentes ao desenvolvimento, ao ordenamento ao ambiente e à qualidade de vida. Foram assim inquiridos um total de 32 respondentes como segue: 6 da DRAA ligadas mais directamente às questões rurais, 8 responsáveis por ADL, 5 autores sobre questões ligadas ao mundo rural, 3 técnicos autárquicos, e 10 presidentes de juntas de freguesia consideradas rurais (1 do Alentejo Litoral, mais 3 por cada uma das restantes NUTE do Alentejo). Os técnicos e os presidentes das freguesias rurais foram indicados por responsáveis das ADL.

<sup>11</sup> Aos respondentes que tiveram dificuldade em se situar nesta escala, foi-lhe facultada a possibilidade de consultarem uma tabela a partir da qual puderam escolher a sua opção (v: Anexo VIII). Porém, salvo raríssimas excepções, a quase totalidade dos respondentes dispensaram a consulta à tabela referida.

<sup>12</sup> Embora no primeiro contacto houvesse respondentes que não se pronunciaram sobre todas as variáveis, posteriormente a todos foi dado a conhecer o resultado final da inquirição, solicitando-se-lhes desta vez que emitissem uma opinião global sobre o cenário genérico mais provável, e mesmo sobre a moda atribuída a cada uma das variáveis em particular.

<sup>13</sup> Para estas variáveis houve vantagem em seleccionar uma sub-amostra constituída por respondentes do IEFP (6), Associações sindicais (3), Associações empresariais (3) e outros

seguiu-se o mesmo procedimento, havendo somente a referir que neste caso a escala para 1990 e 2010 variava de 1: expressão reduzida, a 4: expressão máxima, enquanto a escala para a tendência se manteve a mesma (de +4: melhorar muito, a -4: piorar muito). Nos casos em que após a recolha dos inquéritos se verificou haver respostas (geralmente poucas) que divergiam em relação ao ponto da escala mais escolhido, os respondentes que haviam atribuído a pontuação discrepante foram de novo contactados para indagar se mantinham ou alteravam a sua opção inicial. Nos casos em que a distribuição se situava, pode dizer-se, uniformemente em dois pontos adjacentes 1 e 2, ou 2 e 3), foi discutida e aprovada a proposta de se atribuir à variável uma pontuação intermédia (1,5 ou 2,5).<sup>14</sup> No entanto em outros casos, alguns dos respondentes mantiveram-se irredutíveis na sua posição inicial, sem que esse facto alterasse os resultados finais mais expressivos por variável, (situação que não viabilizava a hipótese de considerar com razoabilidade a elaboração de cenários alternativos). A informação recolhida através do inquérito Delphi foi portanto tratada recorrendo à contagem simples com a finalidade de apurar a moda por cada variável, e as discrepâncias em relação à moda, e neste caso contactar de novo os respondentes para discutir se face aos resultados provisórios mantinham ou alteravam a sua posição inicial, conforme já antes referido.<sup>15</sup>

Foram ainda aplicadas entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, com a finalidade de se conseguir informação para elaborar grelhas sistematizadas de aproximação a diversas vertentes diacrónicas da realidade alentejana.<sup>16</sup>

Concomitantemente procedeu-se à elaboração de projecções demográficas, pois para esta matéria era possível efectuar cálculos quantitativos autónomos (v: Anexo X). No entanto os pressupostos relativos às variáveis micro-demográficas foram tomados após se ter auscultado algumas das testemunhas chave mais ligadas a esta área.<sup>17</sup> Os dados demográficos foram tratados através do *método por*

---

especialistas ligados à problemática do emprego (4), sendo depois os resultados obtidos a partir das suas respostas, colocados à apreciação dos restantes elementos do painel.

<sup>14</sup> Com este procedimento o autor procurou assegurar a validade (captação do que de facto se procura captar) do instrumento de recolha dos dados. A fiabilidade (garantia de estabilidade da medida em diferentes contextos: de tempo e espaço), foi por sua vez assegurada recorrendo duas vezes, em momentos diferentes, à opinião dos elementos do painel sobre este requisito.

<sup>15</sup> A distribuição final das respostas consta no Anexo IX da tese de doutoramento.

<sup>16</sup> Grau de condicionamento por factores endógenos, na evolução do Alentejo; Grau de condicionamento por factores exógenos, na evolução do Alentejo; Problemas estratégicos; Matriz de estratégias globais; Matriz potencial de crescimento de mercado x Parcela de mercado.

<sup>17</sup> Nomeadamente docentes de demografia da Universidade de Évora (Prof<sup>a</sup> Filomena Mendes e Dr. José Pinto), e técnicos da CCRA (Dr. Amável Candeias), que têm efectuado estudos sobre a população do Alentejo.

*componentes* que segundo J. M. NAZARETH (1988) implica uma projecção em separado da mortalidade, da fecundidade, da emigração e da imigração. Este método foi aplicado por sexos separados e grupos de idades, sendo a população total projectada, obtida pelo somatório dos valores projectados em cada grupo de idades,<sup>18</sup> após o que se efectuaram projecções derivadas para a população rural, semi-urbana e urbana.<sup>19</sup>

Previamente e a título exploratório haviam já sido efectuados os dois seguintes inquéritos: i) inquérito por questionário aplicado a jovens estudantes das escolas C+S e secundárias do Alentejo, e conforme anteriormente referido, com a finalidade de conhecer quais as perspectivas deste universo sobre o seu futuro e sobre o futuro do Alentejo; ii) inquérito por questionário aplicado aos presidentes das 46 câmaras do Alentejo, com o intuito já antes explicitado de detectar qual a leitura efectuada por este universo sobre aspectos parcelares e globais (futuros, actuais e pretéritos) inerentes à região e às suas autarquias. A informação recolhida através destes questionários foi tratada através da análise de frequências, e iii) entrevistas não estruturadas sobre o cenário mais provável para o Alentejo em 2010, a doze dos quinze respondentes, seleccionados inicialmente para constituir o painel de respondentes.

Complementarmente procedeu-se ainda a duas recolhas. A primeira incidiu sobre notícias publicadas em diversos periódicos (v: Anexo XI), e relacionadas com os tópicos analíticos adoptados (desenvolvimento, OT, ambiente e QDV) a fim de se verificar que mensagens mais ou menos explícitas sobre esses tópicos, relacionadas com o local e o regional, são transmitidas aos leitores.<sup>20</sup> A segunda incidiu sobre poemas cujo tema é o Alentejo (v: Anexo XII), e foi efectuada com a finalidade de detectar quais são os principais motivos que os respectivos autores relevam, e que nos proporcionam uma percepção acerca das representações mais constantes sobre a região, ou seja transmitem-nos um imaginário sedimentado acerca do Alentejo. O tratamento de ambos os *corpus* (conjuntos de documentos),

---

<sup>18</sup> Hipóteses de evolução adoptadas das variáveis micro demográficas: A fecundidade foi estimada através da projecção das tendências passadas e da definição de uma taxa objectivo definida com base no valor de 1995. A mortalidade foi definida em valores de esperança de vida considerados nos níveis adequados das tábuas-tipo de Princeton. Os movimentos migratórios foram estimados em metade do saldo migratório verificado na década de 80. A estimativa da estrutura sexual e etária foi calculada através do método da média obtida mediante aplicação do procedimento *forward-reverse*. (v: NAZARETH, 1988).

<sup>19</sup> Mediante aplicação da tendência linear, que foi considerada aceitável tendo em atenção o coeficiente de correlação de Pearson.

<sup>20</sup> Nomeadamente líderes de opinião, dirigentes e técnicos de instituições ligadas ao desenvolvimento local, e alguns dos próprios destinatários do desenvolvimento local.

foi efectuado através da análise conteúdo, mediante aplicação da modalidade designada por análise categorial.<sup>21</sup>

### 3. FASE DE ANÁLISE DOS RESULTADOS E DE REFLEXÃO

Obtida nas fases anteriores a informação necessária que permitia conhecer: i) a base, ou seja a situação em 1990 do sistema considerado, e ii) o conteúdo externo, ou seja as restrições (e as oportunidades) mais significativas que provêm do ambiente do sistema e incidem sobre ele, havia então que traçar a imagem final desse sistema (para o ano 2010). Por outras palavras, tratava-se agora de desenhar o «futuro futurível» mais provável para a região. Entrou-se assim na análise dos resultados e subseqüente contributo explicativo, tarefas que preencheram a última etapa do trabalho.<sup>22</sup>

Assim, após se ter redigido e confirmado o cenário mais provável para o horizonte 2010,<sup>23</sup> avançou-se com um contributo explicativo pluridimensional que possibilitasse compreender porque é que têm existido, existem e muito provavelmente vão persistir, senão agravar-se, pronunciadas assimetrias socioeconómicas, aos níveis global, continental, nacional, regional e local, ou por outras palavras porque é que algumas áreas geográficas sempre ou quase sempre se encontraram excluídas do processo de desenvolvimento, enquanto outras conheceram processos de desenvolvimento e depois regrediram, e outras ainda,

---

<sup>21</sup> a qual consiste em detectar através de leituras consecutivas quais são os temas/categorias que se encontram implícitos ou explícitos no texto e que melhor traduzem o pensamento dos autores, do que resulta a elaboração de uma grelha lexical que nos permite inferir o sentido do texto em análise.

<sup>22</sup> Antes, e durante a execução desta etapa, o autor deparou com as seguintes dificuldades na realização do trabalho: i) impossibilidade de compatibilização diacrónica entre dados disponíveis, quer no que se refere a delimitações geográficas (distritos primeiro, NUTE depois), quer no que se refere às rubricas adoptadas ao longo dos vários recenseamentos, o que inviabilizou por exemplo a elaboração de séries; ii) disponibilização num número ainda reduzido de anos de alguns dados a nível regional (v.g. Contas Regionais); iii) inexistência de dados por concelhos para reconstituição das NUTE e inexistência de dados por NUTE, (por forma a se realizar uma análise mais fina); iv) dificuldade de alguns respondentes raciocinarem em termos prospectivos; v) desinteresse de alguns respondentes pela colaboração na pesquisa.

<sup>23</sup> Conforme referido anteriormente, este cenário foi depois dado a conhecer às testemunhas-chave ou informantes privilegiados, solicitando-se que emitissem as apreciações que sobre ele entendessem, e ainda que preenchessem um questionário no qual respondiam se estavam: totalmente de acordo, mais de acordo que em desacordo, mais em desacordo que de acordo, totalmente em desacordo com o cenário traçado (só um dos respondeu que estava mais em desacordo que de acordo, dezasseis totalmente de acordo, e os restantes vinte e três mais de acordo que em desacordo).

desde há longo tempo mantêm e continuam a atrair actividades económicas e população.

Retomou-se ainda (nas Reflexões Finais) os factores delimitados durante a concretização da tarefa nº 3 da 1ª etapa, o que permitiu com recurso a uma análise estrutural, efectuada com o contributo de cinco especialistas em desenvolvimento, relacionar esses factores entre si e inferir, a partir da respectiva motricidade e/ou dependência, qual o seu grau de influência no percurso do Alentejo.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Embora a elaboração desta análise tenha sido um dos mais apaixonantes exercícios efectuados ao longo do trabalho, o facto de só se ter insinuado depois de conhecido o perfil dos resultados conjugado com os elevados graus de complexidade, de subjectividade e de ainda do empenho pessoal exigido aos participantes, não permitiu por um lado implicar um maior número de intervenientes, e por outro lado aconselhou a que os resultados fossem considerados quase como um apêndice do trabalho (daí constarem nas Reflexões Finais).

## I. RESUMO DO CENÁRIO MAIS PROVÁVEL PARA O ALENTEJO EM 2010, E DOS RESPECTIVOS ANTECEDENTES

**Futuro Imperfeito**, é a designação que no âmbito deste trabalho se considera, numa reflexão final, como adequada para exprimir o cenário mais provável para o Alentejo em 2010,<sup>25</sup> que embora melhore globalmente até esta data quando comparado consigo mesmo, verá no entanto agravar-se algumas desigualdades internas, e depreciar-se a sua posição relativa em relação às regiões mais ricas do país. Este cenário consubstanciado em traços como: i) morfologia e fisiologia da base económica em muito idênticas à situação actual, embora com alterações positivas localizadas, e ligeira, mas insuficiente melhoria da quantidade e qualidade dos recursos humanos, traços estes com expressões desiguais nos diversos concelhos e sub-regiões do Alentejo; ii) taxa de desemprego ainda elevada; iii) diminuição populacional pouco acentuada mas muito importante, dinâmicas demográficas locais diferenciadas e rede urbana débil, ainda que equilibrada; iv) situação mais positiva do que negativa no que concerne às variáveis ambientais; v) melhoria da quase totalidade das variáveis adstritas à qualidade de vida objectiva e subjectiva; vi) dotação satisfatória de várias infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento e de apoio à qualidade de vida; vii) diminuição medianamente acentuada da função produtiva do espaço rural, acompanhada da expansão pouco expressiva da respectiva função lazer, o que se traduzirá na fragilização deste importante sub-sistema espacial da região.

Significa este cenário que até 2010 o Alentejo embora venha a conhecer a melhoria (reduzida e insuficiente) de muitos factores afluentes do desenvolvimento,<sup>26</sup> continuará a ser ainda muito provavelmente ainda uma região agrícola<sup>27</sup>, periférica<sup>28</sup>, e com problemas de desenvolvimento (sub-desenvolvida,<sup>29</sup>

---

<sup>25</sup> Que tal como os respectivos antecedentes, têm contribuído para a formação de um conjunto de sentimentos de descrença que se instalou no espírito de alguns residentes na região, e que se pode designar por “síndrome do Alentegicídio” (abandono, indiferença em relação ao Alentejo), cenário que também poderia ser designado por *Quarto Minguante*, dada a previsível diminuição populacional do Alentejo, ou *Alentejolândia*, termo associado a “reserva” de alentejanos para turista ver.

<sup>26</sup> Capacidade empresarial e de risco; Qualificação dos recursos humanos; Mecanismos especiais de apoio ao desenvolvimento; Redes de comercialização para produções da região; Redes de marketing para produções da região; Serviços avançados do terciário superior; Acessibilidade da região aos mercados externos; Capacidade de inovação; Ligações aéreas nacionais.

<sup>27</sup> Pois encontrar-se-á ainda numa importante dependência, da agricultura que constituirá a fonte de uma percentagem de activos ligados ao sector, situada acima da média percentual deste estrato na União Europeia, situação associada a rendimentos muito baixos, ausência de actividades industriais

decorrente dos dois traços anteriores), onde se verificará a deterioração do grau de coesão socioeconómica, nomeadamente o agravamento da geografia das desigualdades territoriais, e a continuidade da fagocitação socioeconómica do mundo rural pelo espaço urbano (que tenderá e expandir-se demográfica, económica e culturalmente, em detrimento do anterior).

Subjacente ao cenário traçado, encontra-se a provável evolução, e, provável sinal ou sentido das variáveis seleccionadas como fundamentais no âmbito de cada tópico analítico, conforme segue:

QUADRO 143

**EVOLUÇÃO ATÉ 2010, DAS VARIÁVEIS REFERENTES AO GRAU DE DESENVOLVIMENTO E À DINÂMICA DEMOGRÁFICA**

Sinal provável em 2010 Tendência provável até 2010	+	-	Total
Melhorar	5	5	10
Agravar	0	5	5
Manter	3	4	7
Total	8 (4 em 1990)	14 (18 em 1990)	22

Fonte: Quadro 1

Melhoria global quando comparados o ano base e o horizonte. Portanto verificar-se-á global e provavelmente até 2010, uma melhoria do estado do desenvolvimento, pois 8 em cada 22 apresentarão um sinal positivo (contra 4 em 1990), enquanto 14 em cada 22 das variáveis podem apresentar um sinal negativo (contra 18 em 1990), tendendo assim para melhorar 10 em cada 22.<sup>30</sup> Ainda neste âmbito e até 2010, só cinco variáveis tendem simultaneamente a melhorar e

---

autónomas, carência de infra-estruturas em I&D, e uma elevada taxa de desemprego e de emigração. (ROMUS, 1979).

<sup>28</sup> Na medida em que caracterizará: i) por sintomas demográficos que se traduzem numa fraca densidade populacional em relação tanto à média nacional como à média comunitária, num défice migratório crónico e no envelhecimento da população; ii) por sintomas económicos relativos à insuficiência de infra-estruturas (neste caso em I&D), e a um persistente desemprego estrutural. (UHRICHE, 1985).

<sup>29</sup> Pois muito provavelmente a região não terá ainda atingido ainda um PIB *per capita* igual a 75 por cento da média da União Europeia.

<sup>30</sup> Esta leitura agregada inclui as variáveis (duas) referentes à dinâmica demográfica, o que agrava o rácio, pois se abstrairmos dessas variáveis, então tendem para melhorar 10 em cada 20 (50 por cento), e já não 10 em 22 (45 por cento).

apresentar um sinal positivo.<sup>31</sup> Mantêm-se no entanto com sinal negativo algumas das variáveis cruciais para o desenvolvimento do Alentejo, conforme já anteriormente referido, ainda que com tendência para melhorar,<sup>32</sup> enquanto a importante “Rede Dinâmica de PME” tende para se manter com o mesmo sinal negativo (-4).

**QUADRO 144**  
**EVOLUÇÃO ATÉ 2010, DAS VARIÁVEIS REFERENTES AO ESTADO DO**  
**ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

<b>Sinal provável em 2010</b>	<b>+</b>	<b>-</b>	<b>Total</b>
<b>Tendência provável até 2010</b>			
Melhorar	6	0	6
Agravar	1	2	3
Manter	0	2	2
Total	7 (7 em 1990)	4 (4 em 1990)	11

Fonte: Quadro 2

Curiosamente no âmbito deste tópico, os sub-totais das variáveis que tendem a apresentar quer sinal positivo quer sinal negativo em 2010, serão semelhantes aos sub-totais de 1990, o que denota felizmente uma situação estável e positiva, pois 7 em cada 11 variáveis apresentam sinal mais, quer no ano base, quer no horizonte do trabalho. No entanto verificar-se-á provavelmente até 2010 uma melhoria de quase todas as variáveis que em 1990 já apresentavam sinal positivo (6 em 11).<sup>33</sup> A situação das infra-estruturas ferroviárias, continua a apresentar-se como a variável susceptível de constituir no âmbito do OT a preocupação mais expressiva.

<sup>31</sup> 1. Qualificação dos recursos humanos (+1); 2. Mecanismos especiais de apoio ao investimento (+1,5); 3. Redes de comercialização para produções da região (+1); 4. Redes de marketing para produções da região (+1); 5. Ligações aéreas nacionais (+3)

<sup>32</sup> 1. Capacidade empresarial e de risco; 2. Serviços avançados do terciário superior; 3. Capacidade de inovação.

<sup>33</sup> 1. Distribuição da população pelas 4 sub-regiões; 2. Rede avançada de telecomunicações (esta com especial importância para o desenvolvimento da região); 3. Infra-estruturas rodoviárias; 4. Infra-estruturas aeroportuárias; 5. Infra-estruturas para prestação de serviços de saúde; 6. Infra-estruturas de apoio à formação.

QUADRO 145

**EVOLUÇÃO ATÉ 2010, DAS VARIÁVEIS REFERENTES AO ESTADO DO AMBIENTE E GRAU DA QUALIDADE DE VIDA**

<b>Sinal provável em 2010 Tendência provável até 2010</b>	<b>+</b>	<b>-</b>	<b>Total</b>
Melhorar	5	7	12
Agravar	3	2	5
Manter	2	2	4
<b>Total</b>	<b>10</b> (8 em 1990)	<b>11</b> (13 em 1990)	<b>21</b>

Fonte: Quadro 3

A maior parte das variáveis incluídas nesta análise tende para melhorar (12 em 21), sendo de salientar que destas 12, são só 5 as que em 2010 provavelmente apresentarão sinal positivo (constituindo essas 5 um sub-conjunto que inclui todas as que respeitam à qualidade de vida objectiva).<sup>34</sup> No horizonte estipulado, o ano 2010, provavelmente 10 em cada 21 variáveis apresentarão sinal positivo (contra 8 em 1990), e 11 em cada 21 apresentarão sinal negativo (contra 13 em 1990). A degradação irreversível dos solos, a degradação reversível dos solos, e a poluição das águas subterrâneas nas formações sedimentares, são as três variáveis que se aponta como as principais fontes de preocupação no âmbito do ambiente (com repercussões no desenvolvimento e na QDV).

Este panorama será a continuidade duma situação regional que actualmente, e como foi referido, se caracteriza pelos traços seguintes: recursos humanos com reduzida qualificação; duplo envelhecimento; tendência para a rarefação humana e desertificação biofísica; sistema extensivo da monocultura onde sobressaem os cereais de sequeiro, nomeadamente o trigo; predominância das explorações de grande e média dimensão; base económica debilitada, essencialmente especializada em actividades utilizadoras de recursos naturais, situadas muito a montante da cadeia de transformação, o que implica uma diminuta capacidade de gerar efeitos multiplicadores endogeneizáveis.

Relembre-se no entanto, que na Pré História e na Antiguidade, o território hoje designado por Alentejo, devido talvez a factores como: regularidade geográfica, riqueza de recursos minerais (altamente valorizados), manchas de solos

<sup>34</sup> 1. Efeitos dos resíduos sólidos urbanos; 2. Efeitos dos resíduos sólidos industriais 3. Equipamentos de apoio à 3ª idade; 4. Equipamentos de apoio à 1ª infância; 5. Equipamentos para actividades culturais, desportivas e recreativas.

propícios para agricultura de sequeiro, e relativa amenidade climática, é apontado como tendo sido uma região das mais colonizadas relativamente ao restante território circundante,<sup>35</sup> nomeadamente o que se situava a Norte do Tejo.

Como se viu, após passar por um período de contactos mais ou menos esporádicos com fenícios, gregos e cartagineses (que aqui se dedicaram em muito à agricultura e exploração de minérios), e por um período de “romanização”, denominação dada a um processo mais vasto de alteração da paisagem e dos modos de vida da população autóctone cingidos ao molde da cultura romana (com influências bastante perenes), este espaço conheceria um domínio islâmico que introduziu importantes alterações técnicas na agricultura, e outros relevantes avanços culturais. Destes dois períodos ficaram as bases da estrutura do povoamento, e o prenúncio do que seria a estrutura fundiária a partir de então, bem como um legado inestimável em termos de património construído, e uma riqueza arqueológica que aqui se vai continuando a descobrir paulatinamente.

Conforme se constatou ao longo da pesquisa, após a reconquista cristã a importância económica da região decaiu, devido à diminuição do interesse pelos recursos aqui disponíveis (manchas de solos com aptidão para agricultura de sequeiro, minérios), causada pelo posicionamento geo-político e económico dos novos colonizadores, que na sequência da vitória sobre os árabes procederam a uma distribuição de terras por nobres e por ordens religiosas (como forma de retribuição pelo auxílio militar prestado), consolidando assim os contornos duma estrutura fundiária (e agrária) que pelo seu pouco dinamismo, viria a contribuir para depreciar também a região.

Recorde-se ainda que os mesmos factores geo-ecológicos (peneplanície, subsolo rico, clima, minérios), que durante os domínios romano e árabe, constituíram uma vantagem, transformaram-se noutras circunstâncias, em entraves ao desenvolvimento. Mais recentemente, a importância económica e social da agricultura, actividade económica muito marcada ainda pelos moldes em que se processou (absentismo, predominância do sequeiro) deixou de ser um factor de retenção demográfica e de dinamização de outras actividades (agro-indústrias e indústrias alimentares). É a expressiva importância dessa actividade, desprovida de inovações, associada à simples indústria extractiva, e à expansão dum sector terciário predominantemente não comercializável (quando os mecanismos do desenvolvimento se têm movido muito em torno da indústria transformadora de alto

---

<sup>35</sup> O que se pode inferir com base no património pré-histórico que abunda no Alentejo (antas, menhires, cromeleques, grutas com gravuras).

valor acrescentado, e do terciário superior), que têm contribuído para acentuar ainda mais as assimetrias, desde há longa data existentes entre o Alentejo e as regiões mais ricas do país.

A evolução prevista e percorrida pelo Alentejo, como foi descrito, está associada: i) à dinâmica e dialéctica de diversos factores endógenos,<sup>36</sup> e ii) a um quadro bastante condicionador das possibilidades de desenvolvimento sustentável da região, como se depreenderá através das leituras dos pontos seguintes.

## II. EVOLUÇÃO DA ENVOLVENTE

Que no âmbito nacional e supra-nacional tem gerado uma série de factores que se pressupõe continuarem em termos globais, a afectar mais desfavorável do que favoravelmente, a evolução do Alentejo nos próximos 13 anos, e alguns dos quais vão ser explicitamente referidos nos sub-pontos seguintes.

### 2.1. NACIONAL

Aposta nacional nos principais trunfos do país (litoral em geral e Lisboa em particular), e manutenção ou reforço da capacidade de polarização do arco «litoral do Algarve - Área Metropolitana de Lisboa».<sup>37</sup> São estes dois dos traços que afectam o Alentejo, associados a um cenário que até 2010 se caracterizará muito provavelmente por: reduzido ritmo de crescimento económico (em relação ao desejável, que deveria ser acima de 3% ao ano), devido a uma lenta reestruturação produtiva; perda relativa de capacidade inovadora, e necessidade do reforço parcelar do papel do Estado.<sup>38</sup> Este cenário traduzir-se-á na continuação ou agravamento do dualismo económico, social e demográfico interno, e na desorganização do território associado a uma lógica tipo «arquipélago», onde sobressaem pelo seu dinamismo económico e demográfico algumas «ilhas-regiões» cada vez menos numerosas. Situação que é antecedida por uma outra que, nos próximos anos aponta para o acentuar das seguintes tendências: expansão das áreas metropolitanas, reforço da faixa litoral, e urbanização *in situ*, as quais emergem e se afirmam num

---

<sup>36</sup> Geo-ecológicos, Demográficos, Político-institucionais e organizacionais, Económicos, Culturais e Educacionais, Dotação em infra-estruturas e equipamentos de apoio ao desenvolvimento.

<sup>37</sup> O qual conjuntamente com o vértice Badajoz-Cáceres, forma um triângulo que dá origem a várias ameaças, e simultaneamente proporciona algumas oportunidades que o Alentejo tem de saber contornar (as primeiras), ou aproveitar (as últimas).

<sup>38</sup> O que para o Alentejo pode trazer benefícios, no caso de se traduzir numa política voluntarista tendente ao desenvolvimento da região, com base no papel catalisador de organizações qualificantes, e de medidas de discriminação positiva (através por exemplo de apoios especiais ao investimento).

território marcado actualmente por profundas assimetrias inter e intra-regionais cujas causas assentam na inter-relação complexa, ocorrida ao longo do tempo entre raízes históricas, geográficas, sociais, políticas e económicas.

## 2.2. SUPRA-NACIONAL

Predomínio da ideologia e da prática da competitividade e da produtividade, (chamando a atenção para a afirmação de uns, e para a exclusão de outros sistemas territoriais). Continuação das tendências centrípetas polarizadas pelas regiões do centro da União Europeia/Europa. Predomínio do princípio da eficiência decorrente das opções tomadas pelos órgãos executivos da União Europeia (efeitos associados ao paradigma funcionalista institucional). Localizações e deslocalizações das empresas em áreas exteriores ao Alentejo (efeitos associados ao paradigma funcionalista empresarial). Afirmação do eixo Badajoz-Cáceres.

No âmbito supra-nacional são estes os traços que podem trazer consequências gravosas para o Alentejo. Mais concretamente, o cenário provável poderá traduzir-se pelas características que se seguem.

No Arco Atlântico acentuar-se-ão os contrastes que actualmente se verificam no seio das regiões atlânticas a vários níveis: i) por um lado entre as regiões afectadas por um expressivo número de *handicaps* (caso do Alentejo), e as regiões que dispõem de grandes pólos terciários e tecnológicos, ii) por outro lado entre os grandes pólos urbanos, quer com a sua envolvente imediata (*hinterland*), quer com o resto dos territórios atlânticos.

Na União Europeia em geral ocorrerá um processo de promoção abrangente da competitividade nos centros e periferias em renovação, (embora com diferenças na remuneração dos factores, até por que algumas destas periferias podem ser remetidas para funções complementares), através de especializações articuladas de base horizontal.

Ao nível da envolvente global terá lugar a fragmentação do mundo num contexto de economia de mercado privatizada, com crescente concentração da riqueza e do poder, desregulação e liberalização quase generalizada, onde cada empresa, grupo económico, cidade, região, país, ou grupo social procura a defesa e promoção das suas vantagens comparativas e competitivas, e posição adquirida (ou desejada), herdada num percurso onde se tem assistido a um agravamento das assimetrias económicas e sociais do interior dos Estados-Nação e entre os povos do planeta, que nos nossos dias acolhe a maior geração de pobres de sempre.

Viu-se nos parágrafos anteriores que até 2010 a evolução do Alentejo apresentará muito provavelmente traços adversos ao desenvolvimento conseguido

da região, destacando-se a progressiva debilitação demográfica, reduzida capacidade de iniciativa empresarial, bem como insuficiente capacidade de inovação, pressupondo-se que em simultâneo a evolução da envolvente se pautará por circunstâncias também pouco favoráveis ao desenvolvimento da região.

Viu-se que no presente, o Alentejo se caracteriza por ser uma região atingida pelas fragilidades inerentes às regiões agrícolas e fronteiriças com atraso de desenvolvimento. Viu-se que no passado, nomeadamente desde a fundação da nacionalidade foi quase sempre uma região com uma reduzida dinâmica socioeconómica, subordinada aos interesses do estrato social possidente (constituído pelos grandes proprietários de terras), causticada ciclicamente por adversidades climáticas, e em regra alvo do desinteresse por parte do poder central.

A que se deve então esta situação, que persiste insidiosamente em se manter ao longo dos tempos?

### III. ABORDAGENS EXPLICATIVAS

#### 3.1. RECAPITULATIVA

Enquanto a competitividade for factor inelutável de afirmação e de sobrevivência dos sistemas territoriais e dos seres humanos. Enquanto a economia de casino se sobrepuser à economia produtiva (de bens e serviços essenciais).<sup>39</sup> Enquanto as economias de aglomeração ainda prevalecerem sobre as deseconomias de aglomeração. Enquanto os efeitos de polarização ou de sucção<sup>40</sup> continuarem a suplantar os efeitos de dispersão ou de difusão.<sup>41</sup> Quando o centro de gravidade das vantagens competitivas deixa de assentar preferencialmente nos custos, deslocando-se mais para a inovação, e em conformidade a produtividade do trabalho intelectual

---

<sup>39</sup> Repare-se que o capital financeiro atinge actualmente um volume cinco vezes superior ao valor estimado da economia real, dos bens e serviços. Por outro lado, com a liberalização e desregulamentação dos fluxos financeiros, dos mil milhões de dólares que cada dia circulam em torno do planeta só uma fracção ínfima se destina ao chamado investimento produtivo. O restante é de aplicação especulativa, para gerar mais dinheiro e, o máximo possível no mínimo de tempo. Assim, “nesta ‘economia de casino’, todos os países estão ‘cotados em Bolsa’ e, tanto para obterem boas condições na procura de empréstimos como para evitar serem alvo de ataques à sua moeda, estão obrigados a apresentar constantemente as melhores prestações possíveis, provando que são capazes de gerar rendimentos monetários - quer para pagar dívidas externas, como para apostar igualmente na gigantesca roleta em curso ... E essas prestações nacionais são avaliadas pelo ‘mercado’ em função dos respectivos PIB.” (MELO, 1996, pp. 599-600).

<sup>40</sup> Também designados por *polarization effects* (HIRSCHMANN)/*back wash effects* (MYRDAL)/*effects de stopage* (PERROUX).

<sup>41</sup> Também designados por *trickling down effects* (HIRSCHMANN)/*spread effects* (MYRDALL)/*effects d'entraînement* (PERROUX).

passa a ser pelo menos tão importante como a produtividade física do trabalho ... as regiões como o Alentejo continuarão a ser sistemas territoriais com dificuldades de desenvolvimento. Por conseguinte manter-se-á a estratificação das regiões e dos locais com a inerente hierarquização socioeconómica, que decorre da inclusão de algumas dessas regiões e locais nos estratos superiores, (com o consequente acesso a diversos bens e serviços escassos, por parte de segmentos consideráveis da sua população), e a exclusão de outras regiões e locais desses estratos favorecidos (cujos habitantes, em número elevado ficam arredados do acesso à fruição desses bens e serviços, sendo portanto vítimas efectivas ou potenciais da privação absoluta, e do síndrome de privação relativa).

### 3.2. SUPLEMENTAR DE RAIZ SOCIOLÓGICA

A problemática da exclusão de regiões como o Alentejo no acesso a padrões de desenvolvimento considerados desejáveis, pode ainda ser abordada complementarmente numa reflexão final, mediante o recurso a uma adaptação das aportações dos autores que se debruçaram sobre os fenómenos da estratificação social, das classes sociais e da mobilidade social.

Assim com MARX e os marxistas, nomeadamente LENINE, pode afirmar-se que a situação das regiões excluídas é devida ao facto de não serem detentoras da posse de meios de produção.

Com Max WEBER (1974), as regiões como o Alentejo seriam excluídas devido a estarem privadas da posse satisfatória de propriedade, de poder, e de prestígio (ou só de um ou de dois destes critérios de ordenação).<sup>42</sup> A propriedade e falta de propriedade são as categorias básicas das situações das diferentes regiões, situações que se diferenciam como segue: as regiões proprietárias posicionar-se-iam mais ou menos favoravelmente segundo o tipo de propriedade (recursos naturais, infra-estruturas científicas e tecnológicas), e as regiões não-proprietárias, segundo o tipo e qualidade de serviços que podem oferecer no mercado de trabalho (financeiros, científicos ou tecnológicos). No caso de insuficiência de propriedade e/ou de baixa qualidade dos serviços oferecidos, as regiões excluídas, ou melhor os seus habitantes, estariam assim privados de um conjunto de oportunidades típicas para aquisição de bens, condições exteriores de vida satisfatórias e experiências

---

<sup>42</sup> Por exemplo, uma região pode ser detentora de riquezas naturais consideráveis mas esse facto não lhe garantir poder e prestígio. Quando tal sucede diz-se que está numa situação de *incongruência estatutária*, pois ocupa simultaneamente dois estatutos diferentes, um positivo e outro negativo, sendo que normalmente é avaliada pelo estatuto inferior, enquanto pretende, e faz por ser, avaliada pelo estatuto superior.

personais gratificantes, na medida em que essas oportunidades são determinadas pela insuficiente quantidade e tipo de poder (político, aquisitivo), a qual não lhes permite dispor de bens ou de habilitações transformáveis em rendimento na ordem económica a que pertencem.

Com Talcott PARSONS (1974) a posição das regiões menos desenvolvidas num conjunto, será devido à natureza pouco relevante: i) das *realizações* (desempenho tecnológico e económico), ii) das *aquisições* ou posses (nível escolar e conhecimentos alcançados pelos seus recursos humanos, infra-estruturas implantadas), e iii) das suas *qualidades* (riqueza dos recursos naturais).<sup>43</sup>

Com DAVIS e MOORE (1974), a situação desfavorável de uma região é inerente à respectiva incapacidade ou impossibilidade de desempenhar um papel estratégico no funcionamento do sistema a que pertence (em termos de produções relevantes, mão-de-obra qualificada, infra-estruturas tecnológicas).

Adaptando R. BOURDIEU (1964) poder-se-ia afirmar que num sistema predominantemente capitalista as regiões menos desenvolvidas se encontrariam privadas dos seguintes capitais: i) capital cultural (conhecimentos científicos e técnicos dos seus habitantes); ii) capital social (densidade e qualidade dos relacionamentos nomeadamente exógenos das suas organizações públicas, privadas e não-governamentais); iii) capital simbólico (prestígio nacional e internacional); iv) capital geo-ecológico (recursos naturais renováveis e não renováveis).

Constituindo esta aportação um contributo explicativo suplementar interessante mas com alcance limitado, considerou-se que seria através do recurso a uma condensação dos factores endógenos e exógenos, resultante do percurso descritivo e teórico, efectuado ao longo deste trabalho, (percurso que permite uma visão de conjunto alargada, e suscita a pertinência de uma reflexão residual de delimitação específica), que se poderia abordar complementarmente sob o ponto de vista teórico-conceptual, o facto do Alentejo ser considerada uma região excluída.

---

<sup>43</sup> Categorias estas, avaliadas em função do respectivo contributo para os seguintes valores padrão de cada sociedade: i) *Universalismo* que corresponde à «eficiência» demonstrada ou «capacidade de adaptação» do sistema territorial às situações enfrentadas pela envolvente nacional; ii) *Definição de objectivos* que se prende com o contributo para os desígnios (económicos e sociais) definidos para o país; iii) *Integração* que se refere contributo para o aumento da solidariedade; iv) *Manutenção das estruturas*, nomeadamente das estruturas consideradas vitais (tecnológicas, produtivas). Da avaliação efectuada com base nesta grelha é conferido à região o inerente prestígio nacional e internacional.

### 3.3. RESIDUAL DE ÂMBITO ESPECÍFICO E NATUREZA TEÓRICO-CONCEPTUAL

#### 3.3.1. Endógena

As situações futura, presente e pretérita, já descritas e respeitantes ao Alentejo, prendem-se com factores abaixo referenciados, cujo grau de condicionamento negativo, insuficiências, efeitos limitantes ou gravosos, no desenvolvimento, no ordenamento, no ambiente e na Qualidade de Vida, se explicita de acordo com uma escala de Likert de 5 pontos no Quadro 146.

##### a) *Factores geo-ecológicos*

Os factores geo-ecológicos,<sup>44</sup> tenderão no futuro para assumir um peso intermédio no contributo para a explicação da dinâmica da região, na medida em que a qualidade dos recursos humanos será cada vez mais considerada a principal matéria-prima de um país e de uma região, e os recursos naturais constituirão uma fonte de vantagens comparativas de importância reduzida.

QUADRO 146

#### GRAU DE CONDICIONAMENTO POR FACTORES ENDÓGENOS, NA EVOLUÇÃO DO ALENTEJO

Cronologia do grau de condicionamento	Futuro	Actual	Retrospectivo
Factores			
Geo-ecológicos	Intermédio (-2)	Razoável (-3)	Raz. a elev. (-3,5)
Demográficos	Elevado (-4)	Razoável (-3)	Intermédio (-2)
Político-institucionais e organizacionais	Razoável (-3)	Elevado (-4)	Elevado (-4)
Económicos	Elevado (-4)	Elevado (-4)	Elevado (-4)
Culturais e Educacionais	Intermédio (-3)	Elevado (-4)	Elevado (-4)
Dotação em infra-estruturas e equipamentos de apoio ao desenvolvimento	Reduzido (-1)	Razoável (-3)	Elevado (-4)

NOTA: Pontos da escala adoptada: **0** - nula; **-1** - reduzida; **-2** - intermédia; **-3** - razoável; **-4** - elevada

Fonte: entrevista estruturada a especialistas em desenvolvimento

<sup>44</sup> Que integram os recursos renováveis (v.g. o grau de fertilidade do solo; a disponibilidade de recursos hídricos) e os não renováveis (v.g. o *stock* e a qualidade dos minerais não-metálicos, o *stock* e a qualidade dos minerais metálicos).

Actualmente, devido à dependência desses factores por parte da economia regional, e à sua reduzida contribuição para a situação socioeconómica da região, a sua importância para o desenvolvimento da região pode ser considerada razoável.

No passado foi um dos factores limitativos do desenvolvimento do Alentejo, na medida em que a riqueza de um país e de uma região foi muito condicionada pelas matérias-primas de que dispunha. A sua qualidade e quantidade não permitiram gerar um fluxo de riqueza que proporcionasse à região condições necessárias para assumir uma posição de destaque no panorama nacional, como por exemplo a criação de condições (produção agrícola de regadio, pecuária, atracção populacional), que propiciassem o florescimento de outras actividades (agro-indústrias, indústria metalo-mecânica, serviços avançados de apoio técnico).<sup>45</sup>

### **b) Factores demográficos**

O reduzido volume populacional, a baixa densidade demográfica, a estrutura demográfica deformada, a reduzida taxa de natalidade e a emigração, constituirão dos mais importantes entraves ao desenvolvimento da região, na medida em que agravarão a situação demográfica do Alentejo, debilitarão o mercado regional e o peso político da região, inviabilizarão a implantação de equipamentos de apoio ao desenvolvimento e à QDV, terão também internamente um efeito psicológico negativo.

Actualmente os factores demográficos constituem já um sério factor negativo no desenvolvimento da região, na medida em que o número de jovens é cada vez mais reduzido, o número de idosos improdutivos cada vez mais alargado, e continua a verificar-se a saída de jovens qualificados e de profissionais diferenciados.<sup>46</sup>

Não tendo sido regra geral no passado uma região muito povoada (chegando mesmo a ser alvo de duas tentativas de repovoamento), o Alentejo chegou a ter um peso relativo razoável no conjunto nacional nomeadamente nos anos 40 e 50. Mas esta diminuta proporção populacional que ocupava um território que se estende por aproximadamente trinta por cento do território do continente, constituiu mesmo assim um factor negativo para o desenvolvimento porque de acordo com a teoria

---

<sup>45</sup> J. M. NAZARETH (1995) vem reforçar esta afirmação ao considerar que a dinâmica de ocupação do território na actualidade é inseparável de um grande número de condicionalismos geográficos, históricos, económicos, sociais, políticos e culturais que marcam as diferentes fases de ocupação do espaço, acrescenta que “mesmo que tal nos custe a admitir, existe um certo determinismo geográfico e um certo fatalismo histórico: as dinâmicas actuais têm reforçado os padrões mais antigos de afluxo das populações aos grandes centros urbanos, industriais e aos ‘nós’ de maior acessibilidade.”

<sup>46</sup> Embora em grau reduzido, não sendo mais elevado devido à contracção do emprego nos possíveis locais de destino.

dos lugares centrais não justificava a implantação de equipamentos e infra-estruturas nem a viabilização de funções centrais raras (v.g. serviços financeiros), potencialmente indutoras de outras funções favoráveis ao desenvolvimento.

### **c) *Factores económicos***

Condicionarão de forma negativa o desenvolvimento da região. As importações, as exportações, a poupança, o investimento, a riqueza produzida na região, a distribuição da população activa por sectores de actividade, o peso dos diferentes sectores de actividade, a repartição funcional do rendimento, o número de empresas extintas e o número de empresas criadas, são variáveis fundamentais no desenvolvimento da região, são variáveis cuja trajectória predominantemente recessiva, situação estacionária, ou modesto desempenho, se traduzirão numa resultante que comprometerá um impulso relevante no desenvolvimento da região.

É ainda hoje um dos factores que mais pesa no atraso do desenvolvimento da região, pois a estrutura da produção está muito associada aos serviços não comercializáveis e aos serviços comercializáveis de baixo valor acrescentado. A base de exportação é muito débil, as fileiras incompletas (à excepção da fileira do vinho) com a inerente quebra da cadeia de valor e da reduzida criação de riqueza na região.

Foi um factor que teve um carácter negativo muito acentuado no processo de evolução da região, pois a secular limitação da base económica (pouco dinâmica) à colheita ou à extracção de produções muito dependentes dos recursos naturais, impediu a formação de afloramentos relevantes no sector secundário, nomeadamente de unidades afectas à indústria transformadora, com capacidade de gerar riqueza, incentivar uma cultura industrial e induzir a formação de mentalidades empreendedoras e inovadoras, produzindo e reproduzindo, ao contrário, por um lado a compulsão ao assalariamento e por outro lado a compulsão pela procura do lucro imediato através da exploração da terra.

### **d) *Factores político-institucionais e organizacionais***

Continuarão a ser ainda insuficientes ou deficitários os efeitos dos factores político-institucionais e organizacionais, nomeadamente devido à inexistência de um órgão de decisão regional, e ao reduzido desempenho do associativismo empresarial e municipal, o que espelha a falta de meios devido a situações económicas difíceis e a falta e/ou pouca motivação e participação dos seus associados, embora essa situação tenda a melhorar.

Actualmente os factores político-institucionais e organizacionais continuam a desempenhar um papel insuficiente na promoção do desenvolvimento da região, não conseguindo assim realizar a função de catalizadores das situações necessárias à inversão das tendências negativas, quer devido à inexistência de um órgão político eleito com capacidade de decisão, quer devido também à falta de meios legais e materiais por parte dos órgãos de poder local, quer ainda devido às naturais clivagens políticas que perpassam a região.

No passado, estes factores tiveram uma carga negativa muito acentuada devido à falta de autonomia dos órgãos de poder local, e ao espartilho imposto ao movimento associativo. Também a deformada estrutura da titularidade dos meios de produção (neste caso a posse da terra), o inerente peso político dos grandes proprietários da terra, e o peso político inexpressivo da classe popular contribuíram para que o Alentejo não conseguisse ultrapassar a barreira do subdesenvolvimento.

#### **e) *Factores culturais e educacionais***

O peso da tradição no que se refere às trajectórias sociais/percursos familiares, a ausência ainda muito generalizada da necessidade de realização (*need for achievement*),<sup>47</sup> no qual se pode inserir a inércia decorrente da resistência à mudança e recusa a correr riscos, por parte de alguns agricultores e empresários de outros sectores económicos, o nível ainda baixo da qualificação dos habitantes, constituirão entraves ao desenvolvimento da região. A progressiva qualificação dos habitantes, a chegada ao poder político e económico por parte dos mais jovens constituirá no entanto um *humus* que fará diminuir a importância negativa desta variável na explicação para o atraso do Alentejo.

Actualmente os factores culturais e educacionais ainda constituem uma das fontes mais poderosas de impermeabilidade à mudança em geral, e à inovação em particular. O peso do analfabetismo, a reduzida qualificação de empresários e de trabalhadores inviabiliza a adopção de técnicas e de tecnologias avançadas, que por

---

<sup>47</sup> Conceito utilizado por McCLELLAND (1961), que descreve o empreendedor com base na sua estrutura motivacional. O empreendedor ao ser movido pela necessidade de realização, canaliza uma boa parte da sua energia para o auto-aperfeiçoamento e contínua melhoria do seu desempenho. Gosta ainda de resolver problemas que constituam um desafio às suas próprias capacidades e permitam experimentar um sentimento de competência pessoal. A este agente social são atribuídas as seguintes tendências comportamentais: i) estabelece claramente objectivos de curto e longo prazo; ii) reformula estratégias pouco eficazes; iii) assume riscos moderados e cuidadosamente calculados; iv) assume responsabilidade pessoal pelas suas acções; v) procura aprender com as experiências fracassadas; vi) assume seriamente compromissos; vii) orienta-se por valores de qualidade e de eficiência; viii) é criativo; ix) é persistente, dinâmico e autoconfiante (SIMÕES, 1995)

sua vez poderiam arrastar mais postos de trabalho a jusante e a montante, impedindo assim que sejam criadas algumas das condições necessárias para o desenvolvimento da região.

No passado, variáveis como a baixa qualificação da população em geral, apologia ideológica (por parte das elites dominantes, internas e externas) da crença nas virtudes morais do homem e da mulher do campo, e da intemporalidade da ordem económica e social estabelecida, foram determinantes para a evolução da região, pois contribuíram para formar uma representação do Alentejo sedimentada no exterior como terra de impolutos lavradores, guardiões do “bom” mundo rural, e de humildes, honestos e puros trabalhadores agrícolas (segundo uns), porque para outros não passava de uma terra de abastados e pouco esclarecidos agrários, e de campónios simplórios ou pategos. Em todo o caso generalizou-se a ideia de Alentejo como terra do trigo e do pão, predestinada a ser o Celeiro de Portugal, com todas as consequências económicas e sociais que daí resultavam. Representação esta, adoptada internamente pelos detentores do poder económico e político. Para que esta representação tivesse adquirido a projecção que teve, não terá deixado de contribuir também a extinção da Universidade de Évora em 1759, evento que aniquilou um pólo de acumulação, de criação e de irradiação do saber e da cultura, factor indissociável do desenvolvimento de uma região.

#### ***f) dotação em equipamentos e infra-estruturas***

Um dos menores obstáculos para o desenvolvimento futuro do Alentejo, na medida em que aqui se encontram já implantados diversos equipamentos e infra-estruturas no âmbito das comunicações, saneamento básico, parques e zonas industriais. Persistirá no entanto a importante carência em equipamentos e infra-estruturas para fins científicos e tecnológicos.

Actualmente já não constitui uma das mais expressivas barreiras ao desenvolvimento da região na medida em que neste âmbito estão criadas condições mínimas que permitem arrancar com um processo de desenvolvimento, apesar de se verificar a insuficiência de meios científicos e tecnológicos, o arrastamento da conclusão de infra-estruturas importantes como o porto de carga geral de Sines e a barragem de Alqueva, bem como o não total aproveitamento do aeroporto de Beja e do aeródromo de Évora.

No passado foi um dos estrangulamentos mais expressivos, pois teve um carácter bastante negativo devido à carência de barragens, de meios de comunicação, de saneamento básico, e de uma Universidade com carácter permanente. Infra-estruturas que se tivessem sido concretizadas, possibilitariam

condições para o despontar do desenvolvimento e para a criação de competências capazes de girar algumas das respostas aos desafios de adaptação que a região viesse a enfrentar (v.g. capacidade de inovação em actividades económicas endógenas, elevação escolar e cultural da população, visibilidade da região).

Mas esta “arquitectura de interiores”, é, como já foi referido anteriormente, uma das vertentes da problemática do subdesenvolvimento do Alentejo, não sendo por si só suficiente para realizar uma abordagem explicativa/compreensiva do objecto deste trabalho, pelo que para colmatar o mais possível essa insuficiência, recorrer-se-á no próximo ponto a uma identificação da “constelação dos exteriores”.

### 3.3.2. Exógena (prospectiva, actual e retrospectiva)

No âmbito de uma abordagem exógena (nacional e supra-nacional), a situação actual e futura, e a situação anterior, estão associadas aos seguintes factores e respectivo grau de condicionamento:

QUADRO 147

#### GRAU DE CONDICIONAMENTO POR FACTORES ENXÓGENOS, NA EVOLUÇÃO DO ALENTEJO

Cronologia do grau de condicionamento	Futuro	Actual	Retrospectivo
Factores			
Efeitos associados às tendências centrípetas polarizadas pelas regiões do centro da União Europeia /Europa	Razoável (-3)	Intermédio (-2)	Intermédio (-2)
Efeitos associados ao paradigma funcionalista institucional <sup>48</sup>	Intermédio (-2)	Razoável (-3)	Elevado (-4)
Efeitos associados ao paradigma funcionalista empresarial	Elevado (-4)	Elevado (-4)	Razoável (-3)
Efeitos associados ao paradigma territorialista /territorialismo	Reduzido -1	Nulo (0)	Nulo (0)
Aposta nacional nos principais trunfos do país (litoral em geral e Lisboa em particular)	Elevado (-4)	Elevado (-4)	Intermédio (-2)
Centrifugação/polarização do Alentejo pelo triângulo «litoral do Algarve/Área Metropolitana de Lisboa/ /Badajoz (ABL)».	Razoável a elevado (-3,5)	Razoável a elevado (-3,5)	Reduzido (-1)

NOTA: Pontos da escala adoptada: **0** - nula; **-1** - reduzida; **-2** - intermédia; **-3** - razoável; **-4** - elevada

Fonte: entrevista estruturada a especialistas em desenvolvimento

<sup>48</sup> Atribuição e distribuição das funções do espaço, a partir de cima (*top-down*) em versão *soft*, e como contraponto ou como complemento à actuação das empresas

**a) *Efeitos associados às tendências centrípetas, polarizadas pelas regiões do centro da União Europeia /Europa***

O alargamento da União Europeia e a tendência para o centro de gravidade da Europa se deslocar mais para leste, portanto a manutenção das tendências centrípetas, polarizadas pelas regiões do centro da União Europeia terão sobre o Alentejo um efeito negativo na medida em que a dinâmica deste processo criará condições (economias de aglomeração, ligeira melhoria da QDV, prestígio) para que as principais actividades (financeiras, científicas, tecnológicas) se mantenham nessas regiões, constituindo simultaneamente um factor fulcral para a UE enfrentar a luta pela supremacia da competitividade quer com os EUA, quer com o bloco asiático, nomeadamente o Japão.

Actualmente o efeito negativo é ligeiramente mais reduzido do que será no futuro porque à medida que o tempo vai passando as regiões menos favorecidas perdem recursos (por exemplo população), e as regiões centrais vão acumulando *software* (recursos imateriais), e conseguindo a concretização de importantes projectos considerados estruturantes (Euro Disney, o TGV, o túnel sob a Mancha).

Este movimento centrípeto que se iniciou há já centenas de anos, ganhou uma expressão mais acentuada com a I Revolução Industrial, atraindo a fixação de actividades económicas, a implantação de infra-estruturas e a localização dos centros de decisão económica e política, continuando a absorver e a polarizar o destino de recursos materiais e imateriais. Ficou delimitado assim um perímetro onde com maiores ou menores oscilações se tem mantido na Europa um maior volume populacional, uma densidade demográfica mais elevada, uma mais efervescente actividade económica, a instalação de centros de tecnologia e das funções centrais mais avançadas ou mesmo exóticas, a implantação de instituições culturais e a realização de actividades culturais mais relevantes. Iniciou-se e consolidou-se um novo processo de exclusão de locais e de regiões, comprometendo-se quase irreversivelmente a possibilidade de uma efectiva mobilidade ascendente de alguns desses sistemas territoriais.

**b) *Efeitos associados ao paradigma funcionalista institucional***

A capacidade de que continuarão a dispor, quer o poder central, quer os centros de decisão da UE, em traçarem também (de acordo com o princípio da subsidiariedade) as funções para o espaço, constituirá um factor que terá mais efeitos negativos do que positivos para o desenvolvimento do Alentejo, na medida em que estes poderes serão levados a tomar decisões de ordenamento e de desenvolvimento que favorecerão as regiões centrais (casos da nova PAC, política de pescas, normas

sobre o apoio ao azeite). Esses centros de decisão determinam cada vez em número mais reduzido, mas de modo ainda decisivo, o funcionamento dos espaços regionais, sub-regionais e locais.

Actualmente é ainda insuficiente, quando não gravosa para o Alentejo, a actuação do poder central na sua política de OT e de desenvolvimento (a taxa de desemprego é a mais elevada do país, a emigração continua, a população rural diminui). Ao não ser possível contrariar expressivamente a localização de novas unidades no litoral, penaliza-se esta região.

Foram também muito penalizadoras para o Alentejo as opções tomadas pelo poder central, em matéria de implantação e distribuição no espaço nacional de infra-estruturas e actividades económicas (caso do Fontismo por exemplo), apesar das tentativas levadas a efeito pelo Conde de Ericeira e pelo Marquês de Pombal para alterar a tendência para a litoralização. Portugal foi sempre um estado centralizado, sendo praticamente nula a margem de manobra de que dispuseram regiões como o Alentejo que constituía um espaço produto de funções.

### ***c) Efeitos associados ao paradigma funcionalista empresarial***

As estratégias das grandes empresas multinacionais nomeadamente as que deslocalizam facilmente instalações subsidiárias (empresas tipo *foot-loose*), constituirá um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento do Alentejo, pois persistirão na tendência de se localizarem, ou de deslocalizar segmentos da sua produção, para outras regiões que ofereçam atractivos conforme os seus interesses lucrativos. Apesar do contraponto desencadeado pelos poderes centrais e pelos sistemas territoriais regionais, como o Alentejo, essas empresas continuarão a definir dentro da ampla margem de manobra de que dispõem, as funções do espaço, o que se repercute negativamente na região.

Pode considerar-se bastante gravosa para o Alentejo a actuação das empresas transnacionais, por um lado por omissão quando não se estabelecem aqui, por outro lado quando deslocalizam instalações para outras regiões,<sup>49</sup> continuando actualmente o investimento directo estrangeiro a localizar-se preferencialmente no litoral norte e centro.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> Cujo exemplo mais recente é o da Melka (fábrica têxtil), que em 1996 desactivou as suas instalações fabris na cidade de Évora. Facto já antecedido pela desactivação de instalações por parte de uma outra firma têxtil de capitais suecos, a Protêxtil.

<sup>50</sup> Recorde-se que no ano de 1992 o IDE distribuiu-se por região como segue: Norte -7.76 por cento; Centro-2,24 por cento; Lisboa-87.89 por cento; Alentejo-0.47 por cento; Algarve-1.61 por cento

A atribuição de diferentes funções ao espaço decorrente das opções de localização por parte dos empresários contribuiu, conjuntamente com a política agrícola governamental, para consolidar a imagem do Alentejo como região vocacionada para a produção cerealífera, tendo essa opção, nos moldes em que foi concretizada, comprometido o desenvolvimento da região.

#### **d) *Efeitos associados ao paradigma territorialista/territorialismo***

A incapacidade de dar resposta ao sistema de necessidades e expectativas crescentes das populações, sempre em expansão qualitativa e quantitativa, e sempre acima das possibilidades das organizações locais, contribuirá para que os actores locais sejam pressionados e tendam a assumir responsabilidades que estão para lá das suas atribuições. As limitações de meios, de que sobressai a escassez de verbas, será um dos factores que mais peso terá nas dificuldades com que se debaterão as autarquias e respectivas associações, e as ADL. As contradições antagónicas e não-antagónicas, não resolvidas ou insatisfatoriamente resolvidas, de âmbito político/político, económico/económico ou político/económico entre diversos actores locais e entre cidadãos e conjuntos de cidadãos, contribuem para que o deficit de legitimidade possa assumir proporções muito insatisfatórias, agravando o grau de alienação política, associativa e da cidadania por parte das populações, que tenderão a procurar o equilíbrio psicológico através de mecanismos de compensação alternativos, também por sua vez alienantes. A dinâmica deste paradigma em outras regiões e locais, pode também originar que a performance económica e social destes últimos melhore, ocasionando um atraso relativo por parte do Alentejo.

Nos dias de hoje, a escassez de meios, o debilitado estado anímico de muitos dos destinatários dos projectos de desenvolvimento, os efeitos negativos provenientes do funcionamento da envolvente (crescente competitividade, atracção da mão-de-obra jovem) contrapõem-se aos objectivos a que se propõem os dinamizadores de iniciativas de desenvolvimento local, prejudicando os efeitos esperados dessas iniciativas e impedindo que o desenvolvimento endógeno assumia proporções favoráveis à atenuação da exclusão dos territórios

A reduzida autonomia dos actores locais não permitiu que nos sistemas territoriais locais, tal como o Alentejo, se tivessem desencadeado projectos conducentes a experiências conseguidas de desenvolvimento endógeno. Esta quase impossibilidade de energias disponíveis actuarem em prol do desenvolvimento local contribuiu para prejudicar em muito a evolução da região.

**e) *Aposta nos principais trunfos do país (litoral em geral e Lisboa em particular)***

Constituirão um importante factor negativo para o desenvolvimento do Alentejo na medida em que quer por iniciativa própria quer por força de pressões mais ou menos legítimas, o poder central irá continuar a investir mais onde se situam os portos e os aeroportos,<sup>51</sup> onde está concentrada a indústria e os meios tecnológicos. Por sua vez o poder local da faixa litoral tomará todas as medidas para atenuar os impactos negativos na QDV, e para minimizar as deseconomias de aglomeração, que caso continuassem a agravar-se poderiam constituir uma oportunidade para o interior.<sup>52</sup>

O Centro Cultural de Belém, a Expo 98, a reabilitação urbana de Lisboa e do Porto, a ponte Vasco da Gama (a 3ª ponte sobre o Tejo), o direccionamento do gás natural para as actividades económicas do litoral (passando o gasoduto pelo Alentejo), a implantação da fábrica Ford-Wolkswagen em Palmela, a implantação de uma nova unidade fabril da Siemens em Vila do Conde,<sup>53</sup> o acesso ferroviário a Lisboa pela margem sul através da ponte 25 de Abril, são, entre outros, alguns dos factores que têm demonstrado que se continua a apostar forte na revitalização do litoral e da Área Metropolitana Lisboa, através de projectos estruturantes que possibilitam a manutenção da supremacia da faixa litoral.

Ao optar pela ligação ao exterior através do Atlântico, Portugal privilegiou desde logo a faixa litoral, principal ponto de partida e de chegada dos produtos exportados e importados através da via marítima. Ao optar definitivamente por Lisboa como capital do reino (em detrimento de Évora, o que esteve previsto no século XVI), ficaram traçadas duas trajectórias: uma, a da porta aberta ao exterior, a

---

<sup>51</sup> “Entre as obras públicas a financiar preferencialmente pelo Fundo de Coesão, estão a construção de portos e aeroportos, em detrimento das redes ferroviárias, já que o primeiro tipo de projectos, contrariamente ao segundo, maximalizam as ligações entre as regiões mais ricas e as mais pobres.” Estas são as recomendações de um estudo encomendado pela Comissão das Comunidades, e efectuado por Robert Leonardi, professor da London School of Economics. A questão para o Alentejo trata-se de saber em que portos e aeroportos do país se vai investir, e em consequência quais os benefícios que daí advirão para esta região.

<sup>52</sup> Para além de medidas relacionadas com estes aspectos, Lisboa aposta no reforço da sua competitividade, tendo-se mesmo realizado sobre este tema, entre 13 e 16 de Setembro, uma conferência internacional na FIL, subordinada ao tema «Lisboa - Cidade Competitiva», para cujo efeito não bastam os pesados investimentos em infra-estruturas que estão neste momento em curso, a parte mais fácil do processo, mas também transformar Lisboa em grande pólo de inovação empresarial, tecnológica, científica e cultural (*Expresso*, nº 1299, de 20/9/1997). Por sua vez o Porto promove-se como «uma cidade boa para viver», tema genérico de várias sessões que decorreram naquela cidade de 21/1/97 a 25/2/97.

<sup>53</sup> Que felizmente foi seguida da implantação de uma outra em Évora, conforme já referido anteriormente no Capítulo I.

outra, a da porta fechada, a da interioridade, cujas consequências deram origem a que o Alentejo fosse excluído do conjunto das regiões mais desenvolvidas e ricas do país.

**f) *Centrifugação/polarização do Alentejo pelo triângulo «litoral do Algarve/Área Metropolitana de Lisboa/ Badajoz»***

Será razoavelmente negativa a influência que a capacidade de polarização destes três vértices exercerá sobre o Alentejo. As perspectivas que continuam em aberto pelo turismo balnear e pela hortofruticultura no Algarve, arrastarão a migração definitiva e sazonal a partir do Alentejo. A expansão económica da área metropolitana de Lisboa, arrastará também a migração. O avanço tecnológico e a autonomia política da Extremadura obscurecerão a importância geo-económica do Alentejo, a competitividade dos produtos espanhóis ameaçará a produção e o consumo de produtos regionais.

Foi a polarização por parte de Lisboa que até ao último quartel deste século enfraqueceu a posição do Alentejo, situação que já ocorreu durante a época dos descobrimentos e que teve novo surto muito expressivo na década de sessenta. Se a importância do Algarve não se revestiu de significado assinalável sobre o Alentejo, muito menor foi o efeito Badajoz sobre o Alentejo (neste caso dado o efeito fronteira e a pouca afeição dos alentejanos por Espanha)

## DISCUSSÃO

Procedeu-se no ponto anterior à análise individual de factores com influência na situação futura, presente e passada do Alentejo. Esta análise sectorizada consistiu num exercício de afectação de uma magnitude à influência desses factores, decorrentes do grau de condicionamento negativo, de insuficiências, de efeitos limitantes ou gravosos, no desenvolvimento, no ordenamento, no ambiente e na Qualidade de Vida.

De entre os factores internos sobressaem-se os factores de âmbito: i) demográfico; ii) económico, iii) político-institucional e organizacional, e, iv) cultural e educacional. De entre os exógenos sobressaem-se: i) os efeitos associados ao paradigma funcionalista empresarial (a atribuição de funções ao espaço pelas empresas, e a consequente des-territorialização), ii) a aposta nacional nos principais trunfos do país (litoral em geral e Lisboa em particular), e iii) a centrifugação/polarização do Alentejo pelo triângulo «litoral do Algarve/Área Metropolitana de Lisboa/Badajoz».

Este tipo de raciocínio é um exercício útil para ajudar a reflectir sobre a realidade, possibilitando formar uma base de raciocínio sobre a importância de cada factor *ceteris paribus*. A realização de uma abordagem unilateral e intensiva (em relação a cada factor) é susceptível de induzir o desencadear de uma apreciação crítica sobre a validade desse factor, que por se revelar insuficiente por si só para a explicação, implica a reflexão sobre o leque de causas apropriadas para explicar mais satisfatoriamente a situação que se vive(rá) no Alentejo.

Tendo a abordagem intensiva um carácter instrumental, no entanto do ponto de vista epistemológico resulta, como se viu, incompleta e reducionista (pois permite só ver as árvores, quando o observador também tem de ver a floresta), o mesmo é dizer, se é útil efectuar uma análise, também é indispensável elaborar uma síntese.

A realidade consiste no entrosamento dos factores que formam uma constelação se condicionam e ou influenciam positiva ou negativamente num movimento dialéctico sem fim, durante o qual se altera a sua posição no sistema de factores, adquirindo uma importância que resulta da sua função (motriz ou de travão), circunstancial ou durável.

A título de exemplo no caso do Alentejo, a reflexão efectuada sobre os factores geo-ecológicos indica que condicionaram as actividades económicas, tendo contribuído para que a região desempenhasse um papel de exportadora de matérias-primas e de mão-de-obra,<sup>54</sup> e constituíram uma das condições relevantes para a composição social da população que se formou e aqui se tem mantido, mas foram potenciados por factores exógenos, como seja a política da envolvente nacional,<sup>55</sup> os quais tiveram um peso fundamental ou decisivo na evolução do Alentejo, veja-se por exemplo a questão da terra (quer quando das expropriações de terras à Igreja, quer quando da política agrária do Estado Novo, quer quando da contra Reforma Agrária a partir de 1977). A estagnação do Alentejo tem sido assim causada decisiva e cumulativamente pelas opções tomadas pelo poder central (a opção marítima e a colonização, a extinção da Universidade de Évora, o adiamento do plano de rega), algumas por sua vez condicionadas pela envolvente supra-nacional, como por exemplo a competitividade dos produtos concorrentes dos produtos endógenos, o que empobreceu a região, devido às dificuldades de escoamento destes últimos.

---

<sup>54</sup> É caso para perguntar o que seria hoje esta região, se o rio Tejo tivesse seguido um percurso que o levasse a desaguar 100 kms mais para o sul.

<sup>55</sup> Sempre ou quase sempre, em consonância com os interesses dos grandes patrões agrícolas tradicionalistas.

Nesta reflexão importa assim discutir agora as seguintes duas questões: i) o número e o tipo de factores utilizados e, ii) a alternativa ao raciocínio incompleto e redutor efectuado anteriormente

Quanto à primeira questão, de facto o número de factores tem de ser reduzido para permitir uma leitura fluida, mas ao mesmo tempo deve permitir a inclusão das variáveis que são consideradas fundamentais para a explicação do fenómeno «subdesenvolvimento do Alentejo».

No que concerne à segunda questão uma alternativa ao raciocínio incompleto e redutor consiste em cruzar os diferentes factores dispondo-os numa matriz, indicando o grau da influência de cada um sobre os outros por forma a recriar a constelação de factores pertinentes e interacção dialéctica entre eles. Este procedimento deve ser encarado como um expediente heurístico e não como um catálogo onde se podem encontrar produtos explicativos pronto-a-servir.

Foram assim elaboradas para o efeito as quatro matrizes de descoberta referidas no quadro seguinte, através das quais se pretende estabelecer o relacionamento inter-factores<sup>56</sup> e conseguir pistas para reflexões complementares:

#### QUADRO 148

##### MATRIZES DE DESCOBERTA (FACTORES ENDÓGENOS X FACTORES EXÓGENOS)

	Factores endógenos	Factores exógenos
Factores endógenos	Matriz Fact. endóg. x Fact. endóg.	Matriz Fact. endóg. x Fact. exóg.
Factores exogenous	Matriz Fact. exóg. x Fact. endóg.	Matriz Fact. exóg. x Fact. exóg.

##### **Matriz factores endógenos x factores endógenos;**

Cruzando os factores incluídos na primeira matriz, constata-se que dos factores endógenos o factor que mais influencia positivamente a situação da região através dos restantes é a «dotação em infra-estruturas», enquanto o factor que mais influencia negativamente é o «económico». Quanto aos factores mais influenciados positivamente contam-se o «geo-ecológico» e a «dotação em infra-estruturas». De entre os factores mais influenciados negativamente sobressaem o «económico», seguido do «demográfico», e do «cultural e educacional».

<sup>56</sup> As matrizes preenchidas podem ser consultadas no Anexo XVII

### **Matriz factores exógenos x factores exógenos**

Incidindo agora sobre a segunda matriz que se refere ao contributo de cada factor exógeno para a lógica de funcionamento dos restantes factores, infere-se que o factor que mais contribui simultaneamente de forma positiva para a lógica de funcionamento dos restantes, é o factor «Efeitos associados ao paradigma funcionalista institucional». O factor que mais beneficia do funcionamento dos restantes é factor «Efeitos associados ao paradigma funcionalista empresarial». O factor «Efeitos associados ao paradigma territorialista», é o mais afectado pelo funcionamento dos restantes.

### **Matriz factores exógenos x factores endógenos**

Da leitura da terceira matriz que tem como finalidade uma aproximação à influência dos factores exógenos sobre os factores endógenos, há a relevar que o factor «centrifugação/polarização do Alentejo pelo triângulo Litoral do Algarve/Área Metropolitana de Lisboa/Badajoz» é o que mais influencia negativamente os factores endógenos, seguido do factor «Efeitos associados ao paradigma funcionalista empresarial». O factor endógeno que mais influenciado é negativamente pelos factores exógenos, é o «demográfico», a que se segue o «económico».

### **Matriz factores endógenos x factores exógenos;**

Sobre a quarta matriz que tem como finalidade uma aproximação ao contributo dos factores endógenos para a lógica de funcionamento dos factores exógenos, evidencia-se que é o factor demográfico aquele que mais contribui para a lógica dos factores exógenos, dos quais, o que mais benefícios colhe dos factores endógenos é o factor «centrifugação/polarização do Alentejo pelo triângulo Litoral do Algarve/Área Metropolitana de Lisboa/Badajoz»

Estes resultados reflectem que: i) o factor endógeno mais sensível (e poder-se-á discutir se será o factor chave) é o económico, ii) existe uma acentuada vulnerabilidade por parte do factor «Efeitos associados ao paradigma territorialista», que é afectado negativamente por todos os restantes,<sup>57</sup> iii) os «Efeitos associados à polarização pelo núcleo central da União Europeia», e os «Efeitos

---

<sup>57</sup> Neste âmbito as iniciativas de desenvolvimento desencadeadas pelas autarquias, pelas ADL e outros actores (implantação de equipamentos e infra-estruturas, acções de formação, acções de incentivo ao empreendimento privado) estão muito dependentes ou podem ser contrariadas pela lógica (geralmente desfavorável) dos factores exógenos

associados à estruturação do espaço pelas empresas» são os factores que exercem uma influência fundamental no funcionamento dos sistemas territoriais, iv) o factor «Centrifugação/polarização do Alentejo pelo triângulo Litoral do Algarve/Área Metropolitana de Lisboa/Badajoz», é o factor exógeno que mais directamente afecta o desenvolvimento do Alentejo.

Depara-se-nos assim um panorama que se caracteriza por: i) um forte condicionamento da situação da região pelos factores exógenos, ii) uma reduzida capacidade de influência por parte dos actores da região nos factores exógenos, iii) uma situação económica endógena simultaneamente influenciadora e influenciada negativamente (dando assim origem a um processo circular cumulativo: o círculo vicioso do subdesenvolvimento ou da perifericidade), iv) uma situação demográfica débil e sensível aos efeitos perniciosos dos factores endógenos, que vai agravar esses factores endógenos negativos e favorecer factores exógenos adversos, iv) uma dinâmica cultural e educacional prejudicada pelos efeitos desfavoráveis de outros factores endógenos, v) uma dotação em infra-estruturas, e uma situação ambiental favorecidas e favoráveis ao desenvolvimento do Alentejo.

Dispondo a região de uma situação ambiental e de uma dotação apreciável de infra-estruturas, condições necessárias para o desenvolvimento, uma reflexão adicional com base em reflexões aqui já efectuadas e em variada documentação consultada, leva a lançar como raiz instrumental de raciocínio a afirmação de que o Alentejo não se desenvolve devido à reduzida capacidade empresarial e de risco dos alentejanos, o que induz uma reduzida actividade económica na região, a qual conduz à emigração que origina a escassez de recursos humanos o que dificulta a dinamização económica e a implantação de novas unidades produtivas estruturantes, dinâmica que cerceia a capacidade empresarial e de risco ... situação esta que é condicionada negativa e decisivamente pela lógica de implantação das empresas, e pela capacidade de polarização das actividades económicas e da população por parte da orla costeira nacional, ou seja o modo de produção e o sistema de regulação que dominam o sistema socioeconómico envolvente contribuem de forma essencial para o agravamento da situação que se vive no Alentejo.

Nesta dissertação sobre o futuro provável, a situação presente e o passado do Alentejo, sobre as condicionantes e virtualidades associadas ao futuro e ao presente da região, e sobre a explicação inerente à realidade abordada, depara-se-nos assim um nó gordio que parece difícil (pelo menos) de desatar. Tal facto coloca interrogações que convergem no sentido de uma reflexão estratégica

## IV. QUADRO ESTRATÉGICO QUE SE DEPARA AO ALENTEJO

Onde se está? Quem se é? O que se quer ser? Para onde se quer ir? Como percorrer o percurso escolhido?

Sucintamente, são estas as questões que constituem os termos da equação estratégica, cujo resultado depende da actuação efectuada, antecedida por uma correcta análise da realidade do próprio sistema e da envolvente, e que no caso do Alentejo se pode assim também sucinta e condensadamente resumir:

### 4.1. AMEAÇAS

#### 4.1.1. de âmbito nacional

- Continuidade do processo de litoralização
- Vantagens concorrenciais de produtos das restantes regiões
- Primado do princípio da eficiência sobre o princípio da equidade

#### 4.1.2. de âmbito internacional

- Oferta diversificada de localizações vantajosas para as empresas
- Vantagens concorrenciais de produtos similares dos produtos endógenos

### 4.2. OPORTUNIDADES

#### 4.2.1. de âmbito nacional

- Degradação da Qualidade de Vida na Área Metropolitana de Lisboa
- Apoio institucional ao desenvolvimento do interior
- Interesse pelas produções tradicionais e pelo património da região

#### 4.2.2. de âmbito internacional

- Apoio por parte da UE ao desenvolvimento das regiões com atrasos de desenvolvimento
- Interesse pelo património da região e pelas produções tradicionais

### 4.3. DEBILIDADES/FRAQUEZAS

- Debilidade demográfica
- Baixa produtividade da terra e do trabalho
- Reduzida dinâmica empresarial, e insuficiente qualificação dos recursos humanos
- Clivagens políticas e estratégicas, baixa densidade organizacional e capacidade operativa pouco eficiente

#### 4.4. FORÇAS/TRUNFOS/VANTAGENS

- Vontade generalizada (por parte dos principais responsáveis institucionais e empresariais, e outros actores relevantes) de vencer a batalha do subdesenvolvimento
- Dotação em infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento e à QDV
- Vantagens de localização
- Existência de recursos naturais renováveis e não renováveis
- Razoável qualidade do Ambiente

São estes os factores que a manterem-se, e a não serem por um lado atenuados ou minorados (fraquezas e ameaças), e a não serem por outro lado maximizados (forças e oportunidades), estão na origem do cenário mais provável para o Alentejo em 2010.

Tal como para os factores endógenos e exógenos, também aqui foi realizado um exercício de aproximação à interacção dos factores seleccionados, com recurso às matrizes de descoberta, o que deu origem 16 matrizes conforme consta no Quadro 149, e que a seguir são abordadas individualmente.

#### **Matriz Ameaças x Ameaças**

Através desta matriz presume-se que as ameaças que mais contribuem para avolumar as restantes são a «Continuidade do processo de litoralização», e o «Primado do princípio da eficiência sobre o princípio da equidade». As ameaças que mais se avolumam são também estas duas ou seja o «Primado do princípio da

QUADRO 149

#### **MATRIZES DE DESCOBERTA (FACTORES INTERNOS x FACTORES EXTERNOS)**

	Ameaças	Oportunidades	Debilidades	Forças
Ameaças	Matriz A x A	Matriz A x O	Matriz A x D	Matriz A x F
Oportunidades	Matriz O x A	Matriz O x O	Matriz O x D	Matriz O x F
Debilidades	Matriz D x A	Matriz D x O	Matriz D x D	Matriz D x F
Forças	Matriz F x A	Matriz F x O	Matriz F x D	Matriz F x F

eficiência sobre o princípio da equidade» e a «Continuidade do processo de litoralização».

### **Matriz Oportunidades x Oportunidades**

Regra geral todas as oportunidades reforçam as restantes em níveis muito idênticos, com excepção da «Degradação da QDV na Área Metropolitana de Lisboa», que é a mais beneficia as restantes. O «Apoio por parte da UE», e o «Apoio institucional (nacional) ao interior» são as oportunidades mais influenciadas pelas restantes.

### **Matriz Forças x Forças**

As forças que mais contribuem para potenciar as restantes são a «Vontade generalizada (por parte dos principais responsáveis institucionais e empresariais e outros actores relevantes) de vencer a batalha do subdesenvolvimento» e «Existência de recursos naturais». Quanto às mais beneficiadas são: a «Vontade generalizada (por parte dos principais responsáveis institucionais e empresariais e outros actores relevantes) de vencer a batalha do subdesenvolvimento», e as «Vantagens de localização».

### **Matriz Debilidades x Debilidades**

A «Debilidade demográfica», a «Baixa produtividade da terra e do trabalho», e a «Reduzida dinâmica empresarial» têm uma motricidade semelhante, agravando as restantes com igual intensidade. A debilidade que mais se agrava é «Reduzida dinâmica empresarial», acompanhada de perto pela «Debilidade demográfica» e pela «Baixa produtividade da terra e do trabalho».

### **Matriz Ameaças x Oportunidades**

A ameaça que mais efeitos negativos provoca é a que advém da «Vantagem concorrencial dos produtos estrangeiros», seguida pelo «Primado da eficiência». A ameaça que mais atenua as restantes consiste na persistência do «Processo de litoralização». E por outro lado, embora quase todas as oportunidades sejam prejudicadas em igual escala, verifica-se que duas delas saem beneficiadas nesta interacção: o «Apoio institucional nacional ao desenvolvimento do interior», e o «Interesse nacional pela região», sendo simultaneamente, embora em menor escala, as mais prejudicadas.

### **Matriz Oportunidades x Ameaças**

A oportunidade que mais contribui para minimização das ameaças é o «Apoio por parte da UE ao desenvolvimento das regiões com atraso de

desenvolvimento», (tendo ao mesmo tempo reflexos negativos porque beneficia outras regiões do interior), a ameaça que mais se avolumará é que consiste nas «Vantagens concorrenciais de produtos das restantes regiões nacionais.

### **Matriz Ameaças x Debilidades**

Constata-se que as ameaças que mais potenciam as debilidades são: a «Continuidade do processo de litoralização», as «Vantagens concorrenciais de produtos das restantes regiões de Portugal», e a «Oferta diversificada de localizações vantajosas para as empresas». A debilidade mais afectada é a «Reduzida dinâmica empresarial».

### **Matriz Debilidades x Ameaças**

As debilidades que mais contribuem para um maior agravamento das ameaças são a «Baixa produtividade da terra e do trabalho», e a «Reduzida dinâmica empresarial». A ameaça que mais se avoluma por influência das debilidades endógenas, é aquela que aqui se denomina por «Vantagens concorrenciais de produtos das restantes regiões de Portugal».

### **Matriz Ameaças x Forças**

A ameaça que mais influência negativa exerce sobre as forças da região é a «Oferta diversificada de localizações vantajosas para as empresas», seguida do «Primado do princípio da eficiência sobre o princípio da equidade». A força mais afectada será a que consiste nas «Vantagens de localização oferecidas pela região».

### **Matriz Forças x Ameaças**

A força que mais contraria as ameaças é a «Dotação em infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento e à QDV». A ameaça mais minimizada é a «Continuidade do processo de litoralização».

### **Matriz Oportunidades x Debilidades**

A oportunidade que mais travará a dinâmica negativa das debilidades é o «Apoio institucional ao desenvolvimento do interior», e a debilidade que mais poderá ser travada é a «Debilidade demográfica».

### **Matriz Debilidades x Oportunidades**

As debilidades que permitem retirar partido das oportunidades são: a «Baixa produtividade da terra e do trabalho» e a «Reduzida dinâmica empresarial». As

oportunidades que mais se salientam são: o «Apoio institucional ao desenvolvimento do interior», e o «Apoio por parte da UE às regiões com atraso de desenvolvimento».

### **Matriz Oportunidades x Forças**

A oportunidade com mais influência positiva continua a ser o «Apoio institucional ao desenvolvimento do interior», e a força mais favorecida é a «Vontade generalizada (por parte dos principais responsáveis institucionais e empresariais, e outros actores relevantes) de vencer a batalha do desenvolvimento», seguida da «Dotação em infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento e à QDV».

### **Matriz Forças x Oportunidades**

A força que mais influencia as oportunidades é a «Vontade generalizada (por parte dos principais responsáveis institucionais e empresariais e outros actores relevantes) de vencer a batalha do subdesenvolvimento». A oportunidade mais influenciada pelas forças endógenas é o «Apoio institucional ao desenvolvimento do interior».

### **Matriz Debilidades x Forças**

A debilidade que mais contribui negativamente para a dinâmica das forças é a «Demográfica», sendo paradoxalmente a que por outro lado mais pode contribuir positivamente para a preservação de outros trunfos tais como: «Recursos naturais» (qualidade), e «Ambiente». A força mais afectada pelo conjunto das debilidades é designada por «Vantagens de localização».

### **Matriz Forças x Debilidades**

A força que mais reduz os efeitos negativos das debilidades é a «Vontade generalizada (por parte dos principais responsáveis institucionais e empresariais e outros actores relevantes) de vencer a batalha do subdesenvolvimento», e a que menos efeitos se evidencia é a «Existência de recursos naturais renováveis e não-renováveis» (devido à sua qualidade e exiguidade). A debilidade cuja dinâmica negativa efectiva é mais sustida (em relação à dinâmica negativa potencial) pelas forças endógenas é a «Demográfica».

A reflexão sobre estes resultados revela que as perspectivas de evolução do Alentejo são potencialmente críticas, na medida em que os factores favoráveis se encontram em desvantagem face aos factores adversos, panorama que corrobora a consistência da tese defensora do cenário mais provável apresentado neste trabalho. O aproveitamento sustentável dos trunfos que a região detém está assim muito

dependente, na fase de descolagem, da efectiva concretização de uma política voluntarista, associada à consciencialização das próprias fraquezas e à capacidade de mudança endógena, o que para a sobrevivência da região coloca problemas de desafios de natureza estratégica.

## V. PROBLEMAS E DESAFIOS (ESTRATÉGICOS) ENFRENTADOS PELO ALENTEJO

De acordo com os constrangimentos e ameaças levantados pela envolvente, e de acordo com as debilidades/pontos fracos inerentes à região, colocam-se ao Alentejo problemas (situações negativas que afectam gravemente o desenvolvimento deste sistema territorial), e desafios (actuações a concretizar para debelar esses problemas), que se resumem no Quadro 150.

Tendo em atenção as oportunidades (externas), e as potencialidades/pontos fortes (internos), então, quer a natureza e gravidade dos problemas acima referidos, quer a situação actual e as perspectivas que se perfilam para o Alentejo, exigem a explicitação e concretização duma estratégia de desenvolvimento durável, conducente a um posicionamento favorável da região no contexto nacional e internacional. Este é o principal desafio, ao qual se subordinam outros desafios subsidiários tais como: i) motivação política generalizada para o acordo, selecção e

QUADRO 150

**PROBLEMAS ESTRATÉGICOS**<sup>58</sup>  
(Dificuldade de resolução e Gravidade actual)

<b>GRAU DE DIFICULDADE DE RESOLUÇÃO</b>	<b>ELEVADO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assimetrias intra-regionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pulverização organizativa (várias organizações idênticas numa mesma região)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Base económica frágil e pouco diversificada;</li> <li>Duplo envelhecimento da população;</li> <li>Diminuição da população e da densidade populacional;</li> <li>Elevada taxa de desemprego estrutural</li> <li>Mercado regional reduzido</li> <li>Estrutura fundiária assimétrica</li> </ul>
	<b>MÉDIO</b>	—	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inexistência de uma estratégia consensual de desenvolvimento regional;</li> <li>Qualificação ainda insatisfatória da mão-de-obra</li> <li>Composição (social) dual da população<sup>59</sup></li> <li>Erosão e aridez dos solos agrícolas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ineficácia das diminutas elites regionais, e falta generalizada de capacidade empreendedora e de risco</li> </ul>
	<b>REDUZIDO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cultura (ainda muito) infra-estrutural do poder autárquico</li> </ul>	—	—
		REDUZIDO	MÉDIO	ELEVADO
<b>GRAU DE GRAVIDADE ACTUAL</b>				

Fonte: Entrevista a especialistas em desenvolvimento

<sup>58</sup> Entende-se por problema estratégico toda a situação cuja persistência, constitui por si só, ou conjugada com outras, um entrave expressivo ao desenvolvimento da região, e cuja resolução exige por parte de vários actores um esforço concertado bastante considerável.

<sup>59</sup> Significando o contraste entre uma grande massa de assalariados por um lado, e uma pequena fracção de empregadores/empresários por outro.

Implementação da estratégia; ii) acordo político e selecção da estratégia a implementar; e iii) criação de uma estrutura institucional para implementação da estratégia seleccionada.

Vencer estes desafios<sup>60</sup> possibilitará permitir que as energias disponíveis na região se mobilizem em torno de um projecto mobilizador comum, conducente ao sucesso do Alentejo e à imunização contra o síndrome da imuno-deficiência societal adquirida (STHÖR).

## VI. UMA PRIMEIRA RESPOSTA AOS PROBLEMAS E DESAFIOS: AS VISÕES (DE SUCESSO) PARA A REGIÃO

Correspondendo a visão a um desiderato de base, gizado para a região, assenta em propostas de mudança que permitam concretizar um futuro desejável, e implica a selecção de escolhas políticas que o viabilizem. A visão expressa-se através de uma mensagem simples, apreensível pelos destinatários a quem se dirige. Ao longo do trabalho de pesquisa junto dos respondentes, e da análise dos documentos emitidos pelos actores políticos relevantes, depreendeu-se que se posicionam como escolhas para obviar um cenário menos favorável, e alcançar um cenário mais favorável as duas seguintes visões (estilizadas pelo autor) para a região.

1<sup>a</sup>

**ALENTEJO: DESENVOLVIMENTO COM EQUIDADE E PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL.** Este desiderato poderá corresponder à visão de sucesso mais provável para a região, e que deverá concretizar-se mediante a enunciação de premissas, seguida da criação das condições que consolidem uma efectiva vontade dos alentejanos (e dos não-alentejanos residentes na região) aqui permanecerem com o maior gosto, e de muitos dos restantes portugueses para aqui desejarem transferir a sua residência e aqui desempenharem a sua actividade profissional.

---

<sup>60</sup> Um outro desafio interessante que se coloca consiste em realizar uma inversão da abordagem que se tem efectuado, e através de uma alquimia estratégica procurar transformar as ameaças em oportunidades (ou verificar quais são as oportunidades que cada ameaça propicia) e fazer das fraquezas forças, perspectiva inspirada pela noção de “destruição criativa” de Schumpeter. Este desafio pode ser optimizado se se adoptar a «postura do oxímoro» (figura de retórica que procede pela antítese de palavras isoladas, produzindo entre os membros antitéticos um paradoxo, como seja por exemplo, ‘o nada é tudo’)

Proporcionar a melhor qualidade de vida aos residentes, continuando a garantir um ambiente saudável, propiciando uma satisfação razoável das necessidades fundamentais relacionadas com: i) emprego/ocupação com um rendimento satisfatório; ii) acesso a cuidados de saúde; iii) melhoria das habilitações literárias e das qualificações profissionais; e iv) oportunidades de convívio e lazer.

Poderão ser estas as premissas básicas para as quais convirjam os esforços dos principais decisores e outros actores relevantes da região, o que implica um mínimo de coordenação regional e a formulação de uma estratégia geral (de entre as várias possíveis) implícita ou explícita, que pode para efeitos de estudo ser subdividida em estratégias no âmbito de OT, e em estratégias no âmbito do desenvolvimento

2ª

**ALENTEJO: REGIÃO EM CRESCENTE PROGRESSÃO NO PORTUGAL E NA EUROPA DO SÉCULO XXI.** Visão com uma exequibilidade menos provável, e na qual têm predomínio a eficácia e a eficiência, traduzidas na afirmação do desempenho económico da região no conjunto das regiões do país e da UE (o que arrastará vantagens para alguns dos residentes no Alentejo, como por exemplo o aumento do nível de vida de estratos mais bem posicionados socialmente, e que supõe como condições e opções de base: i) capacidade de decisão política a nível regional (e apoios alargados por parte do poder central e da autoridades comunitárias); ii) aposta agressiva na dinamização e modernização do tecido empresarial endógeno mais prometedor; iii) atracção de actividades económicas geradoras não só de emprego directo, mas também de emprego indirecto e de fluxos turísticos de gama alta e média alta; e iv) crescimento rápido do PIB regional. Esta visão para se concretizar requer uma dinâmica de forte expansão por parte das envolventes (nacional e internacional).

Visões de sucesso (institucionalizadas porque assumidas, ou difusas porque implícitas), mais ou menos próximas das que foram referidas, procuram contribuir para erradicar ou esbater maneiras de ser e de estar disfóricas, preservar a identidade cultural, e manter traços positivos, que constituem a imagem da região, associadas a eixos semânticos expressos na poesia<sup>61</sup> (dos alentejanos e não-alentejanos) sobre o Alentejo (v: Anexo XI), tais como:

---

<sup>61</sup> Recorre-se aqui à análise da poesia, porque esta forma de expressão está em geral ao alcance de cidadãos de diferentes posições sociais e detentores de diferentes qualificações escolares. Chama-se no entanto atenção para que a poesia estiliza traços e reflecte muito imaginários apreendidos por

- imensidão / terra imensa / planura / planícies
- solidão / abandono / saudade
- natureza hostil / paisagem agredida / terra sofrida / desolação / seca / segura / calor
- grandeza/dignidade do homem alentejano / figuras lendárias / figuras épicas
- situações humanas dramáticas / pobreza / miséria / fome / sede / dor
- tristeza / revolta / amargura / súplicas / marginalização / esquecimento
- identidade cultural / exaltação da paisagem / património cultural / montes / celeiro da nação
- seara / charneca / rebanho / pastores / gado / pão / sequeiro / olival / cortiça / trigo
- pureza / integridade / hospitalidade

Essas visões estarão assim na base de estratégias de desenvolvimento e de OT, como as que abaixo se apresentam, e das quais a que prevalecer como escolha política maioritariamente assumida, e/ou como resultado da acção conjugada dos agentes com influência no processo evolutivo da região, (ainda que com alguma frequência influenciadas em maior ou menor grau pelas restantes), continuará a moldar o perfil do Alentejo.

## VII. UMA SEGUNDA RESPOSTA AOS PROBLEMAS E DESAFIOS: AS ESTRATÉGIAS GLOBAIS E PARCELARES

O padrão estável e coerente orientador de respostas, políticas, soluções e outros procedimentos que for adoptado para conseguir um determinado resultado, consiste na estratégia que um ou mais actores perfilham na sua actuação, em função da leitura que efectuam sobre a realidade em que se movem. Os principais actores do Alentejo de acordo com os seus interesses, o seu campo de actuação, e com a sua maior ou menor capacidade de influenciar o rumo dos acontecimentos, estabelecem e estabelecerão padrões de actuação, que darão corpo às estratégias parcelares e estratégias globais detectáveis no Alentejo, como a seguir se explicita.

---

quem publica, pelo que a validade deste contributo embora sendo interessante tem um alcance limitado.

## 7.1. ESTRATÉGIAS GLOBAIS

São quatro as estratégias globais possíveis (resultantes da conjugação de estratégias de OT com estratégias de desenvolvimento), e que podem contribuir para modelar a região, conforme o quadro que se segue.

QUADRO 151

### MATRIZ DE ESTRATÉGIAS GLOBAIS

Desenvolvimento	<i>convergente</i>	<i>divergente</i>
Ordenamento		
<i>Centrífuga</i>	manter (a mais provável)	diversificar (muito pouco provável)
<i>Centripeta</i>	reordenar (pouco provável)	reestruturar (a menos provável)

Fonte: Entrevista a especialistas em desenvolvimento

A estratégia designada por *centrífuga/convergente*, seguidamente caracterizada, foi no entanto considerada pelos respondentes como a mais provável de predominar no Alentejo até 2010.

#### 7.1.1. Estratégia *centrífuga/convergente*

Que consiste em manter no fundamental por parte das autarquias locais e das respectivas associações (e por parte dos órgãos da provável futura região administrativa), as perspectivas já traçadas para a região em diversos documentos e propostas apresentados por alguns dos actores relevantes. Será até 2010 a estratégia explícita mais provável devido: i) às políticas de desenvolvimento, OT e QDV adoptadas a nível local, ii) aos compromissos assumidos pelos poderes locais, nacionais e supra-nacionais (preservação do espaço rural, e da identidade cultural), e iii) às expectativas criadas por essa actuação e por esses compromissos, nos, e pelos actores locais, no que se refere à concretização da equidade, e às reduzidas expectativas permitidas pela evolução mais provável da envolvente nacional e supra-nacional. Encontra-se associada a uma linha de estratégia para a região transfronteiriça designada por «modelo simples de integração interna a uma escala reduzida» que implica: i) a produção de território transfronteiriço, ii) a interacção socioeconómica ou a organização da concorrência, iii) a organização dos factores de participação, representação e institucionalização, e iv) a interacção cultural ou a socialização dos agentes transfronteiriços.

Estreitamente relacionada com a visão (de sucesso) para a região designada por “Alentejo: desenvolvimento com equidade e preservação da identidade cultural”. Assenta na preocupação com a QDV da totalidade da população da região. Identifica-se com um desenvolvimento tipo “extensivo” e relativamente generalizado, pelo que teria como consequências: i) o domínio da equidade sobre a eficiência, ii) a manutenção dos padrões de povoamento, iii) a preservação do meio rural, iv) o usufruto da melhor qualidade de vida possível por parte de toda a população, seja qual for o tipo de agregado populacional em que resida, v) a aposta na dinamização das actividades económicas características da região, vi) a preservação da qualidade ambiental como recurso fundamental para o desenvolvimento da região, e vii) o incentivo de novas actividades económicas.

Sendo esta, mais provavelmente, a estratégia predominante, poderá no entanto coexistir com traços das três outras que se seguem colocadas por ordem de viabilidade segundo a opção dos respondentes.

### **7.1.2. Estratégia *centrípeta/convergente***

Através da qual se privilegia um reordenamento na implantação de infra-estruturas e equipamentos. Será pouco provável, porque exige uma mudança expressiva em termos de OT e uma continuação da actual postura no que se refere ao desenvolvimento. Implica também uma quase incompatibilidade entre uma política voluntarista de OT e uma política de desenvolvimento sem alterações expressivas, situação esta, que depararia com a resistência activa dos actores que não aceitariam a concentração do *hardware* em áreas restritas, sentindo-se assim lesados por força das opções que entretanto viessem a ser tomadas e que não os contemplassem. Tal como a estratégia anterior, encontra-se associada ao «modelo complexo de articulação externa a uma escala alargada». À semelhança da estratégia anterior, daria também origem quer ao agravamento das desigualdades socioeconómicas inter-regionais, quer ao agravamento das assimetrias demográficas.

### **7.1.3. Estratégia *centrífuga/divergente***

Aponta para a diversificação das actividades produtivas, será muito pouco provável, porque implica a implementação de uma política voluntarista por parte do poder central e do poder local, exigindo uma concentração substancial de esforços

em termos de desenvolvimento, enquanto a política de OT continuaria inalterável. Pode mesmo afirmar-se que os seus dois termos (aposta no impulso do processo de desenvolvimento por um lado, e manutenção do processo de OT por outro lado) são quase incompatíveis. Levantaria obstáculos à sua implementação por parte dos actores que se sentissem excluídos das vantagens do processo. Caso vingasse, poderia articular-se com a linha de estratégia transfronteiriça que assenta num «modelo complexo de articulação externa a uma escala alargada», que contempla a possibilidade de no caso português a região transfronteiriça se articular “com um modelo predominantemente de litoralização industrial no pressuposto de que não possui factores suficientes de crescimento endógeno. No lado espanhol, a região fronteiriça seria articulada com um modelo dominante de ‘continentalização’ do território espanhol.” ( ). Teria como consequências o agravamento pronunciado das desigualdades socioeconómicas inter-regionais, e a conseqüente transferência dos habitantes em áreas afectadas para as áreas mais beneficiadas.

#### **7.1.4. Estratégia *centrípeta/divergente***

Será até 2010 a menos provável, porque implica não só uma política voluntarista (quer no que se refere ao desenvolvimento, quer no que se refere ao OT) para o Alentejo por parte dos poderes locais, e (mesmo de privilégio) por parte do poder central (contando esta com a oposição frontal de outras regiões), mas porque implica também uma ruptura com padrões vigentes arraigados, e ainda a frustração de expectativas consideradas legítimas (contando esta com a oposição frontal dos actores que se considerarem marginalizados no decurso do processo). Esta estratégia pode ser associada à linha de estratégia para a região transfronteiriça que preconiza «a criação de uma “segunda linha de fronteira” de contenção dos fluxos de atravessamento», na qual se considera que “por razões de escala e pelo tipo de oferta que já proporcionam, as capitais de distrito apresentam-se como um ‘fronteira de estancamento’ dos fluxos de atravessamento; nesta medida, algum esforço de investimento deveria incidir na ‘requalificação urbana’ destes centros, em particular, a criação de novos equipamentos.”

Estreitamente relacionada com a visão (de sucesso) para a região designada por “Alentejo: região em crescente progresso no Portugal e na Europa do século XXI”. Será uma estratégia mais de crescimento do que de desenvolvimento, uma vez que terá como consequências a expansão do número limitado de centros urbanos que estiverem mais bem posicionados para acolher funções centrais de relevo a nível regional e sub-regional, ou supra municipal (mais do que um município). Implicará a marginalização e a desvitalização da quase totalidade do espaço rural, (com excepção daquele que for competitivo).

Materializar-se-ia de início num desenvolvimento concentrado, espacialmente desigual ou assimétrico, embora com a justificação de que posteriormente terá continuidade através do desenvolvimento balanceado (primeiro expandir-se-ão umas áreas, seguidas depois pelas restantes)

Tal como as outras estratégias globais apresentadas, a que se acaba de descrever resulta da conjugação de estratégias parcelares, consideradas no âmbito do desenvolvimento e no âmbito do OT, e aqui separadas como segue, para efeitos de análise e de reflexão.

## 7.2. ESTRATÉGIAS PARCELARES

### 7.2.1. Estratégias no âmbito do OT

#### **a) *centrífuga/equitativa*** <sup>62</sup>

Tem como opção política de fundo a valorização possível de todos os aglomerados populacionais (meios rurais/aldeias, vilas e cidades). Implica a manutenção do actual padrão de povoamento e a continuação da diversidade possível da localização humana, bem como a desconcentração possível dos equipamentos e infra-estruturas de apoio à QDV. Implica a gestão aos níveis local, sub-regional e mesmo regional, de uma vasta multiplicidade de interesses horizontais e verticais.

---

<sup>62</sup> Associada a termos tais como: Desconcentração/dispersiva/tradiconalista/evolucionista/vialáctea /maxinucleada/manutenção/distanásia/paroquial.

### **b) *centrípetas/eficientes*** <sup>63</sup>

É uma estratégia de reordenamento. Assenta na primazia da valorização dos pólos sub-regionais, de eixos de desenvolvimento (Vendas Novas a Elvas, litoral alentejano, Sines-Beja), e na eventual fusão ou estreita coalizão de algumas das estruturas organizativas actualmente existentes. Implica uma concertação muito delicada e complexa, nomeadamente entre os actores políticos e económicos. Desencadeará inicialmente tensões e conflitualidades inerentes às dificuldades próprias que resultam de ajustamentos por vezes penosos a situações novas e consideradas gravosas, por parte dos actores que tenham de prescindir de serviços locais pouco eficientes, ou de calar expectativas quanto ao futuro, e se sintam afectados pelas consequências do reordenamento. Para que tenha êxito requer a ocorrência de jogos de soma considerada nula ou de soma considerada positiva (ou seja exige que sejam atribuídas compensações consideradas satisfatórias aos actores que se sintam prejudicados, ou que sintam que perdem regalias no decurso deste processo).

## **7.2.2. Estratégias no âmbito do desenvolvimento**

### **a) *convergente/clássica*** <sup>64</sup>

Esta estratégia resulta da assunção ou da afirmação de várias estratégias que se cruzam, se entrelaçam, se potenciam ou se entrechocam. Será quase como que o agregado das estratégias dos diferentes actores económicos e políticos, implicando a continuidade da actual base económica com algumas ligeiras alterações, mais quantitativas do que qualitativas, com a aposta nas produções tradicionais de pequena escala, e com a aposta nas fileiras ou clusters tais como: i) turismo; ii) vinho; iii) agro-alimentar; e iv) rochas ornamentais.

É uma estratégia essencialmente muito associada a uma ainda reduzida articulação regional entre os actores relevantes, ao arrastamento do processo de regionalização, ou à divisão do Alentejo em mais do que uma região. Ocorre no quadro da actuação isolada de uma pluralidade de actores e respectivas associações, ou de coalizões circunstanciais, em que cada um defende os seus interesses ou dos seus membros. Decorre ainda da continuidade da tónica na actual política de desenvolvimento a nível nacional, ou seja da inexistência de uma forte política

---

<sup>63</sup> Associada por sua vez a termos tais como: Selectividade/concentração/polarizante/sistema solar/mini-nucleada/eutanásia. Será a aceleração do movimento que conduzirá mais rapidamente à mesma situação que a estratégia anterior, retardadora da mesma situação.

<sup>64</sup> À qual se podem associar os seguintes termos: Linear/reformista/continuidade.

voluntarista para o interior, situação que impossibilita a materialização de um ponto de viragem (*turning point*) na região.

### **b) divergente/inovante/recentradora**

Na qual se expressa a tentativa de alteração qualitativa e de diversificação das actividades económicas, apontando mesmo para a emergência da implantação de algumas actividades económicas de cariz “exótico”<sup>65</sup> na região.

Pressupõe por um lado, a adopção de uma política muito voluntarista por parte do poder central e do poder local<sup>66</sup> e uma estreita articulação estreita entre estas duas instâncias, e por outro lado uma expressiva articulação entre os actores económicos e as forças políticas sub-regionais e regionais, ou ainda um empenhamento muito expressivo, e muito em separado, na captação de actividades por parte de cada um dos principais pólos sub-regionais, implícita ou explicitamente numa perspectiva de solidariedade com o respectivo *hinterland*.

Nesta estratégia aposta-se na implementação de “referenciais (estratégicos) para gerir expectativas” (FERRÃO, 1995), ou seja uma aproximação à dinâmica dos meios inovadores.<sup>67</sup>

Com esta estratégia pretende-se desencadear um efeito atmosfera, favorável à incubação de iniciativas empresariais de nova geração (nichos por preencher nas fileiras incompletas, de componente tecnológica, de alto valor acrescentado, potenciadoras de arrastamento de novas actividades comercializáveis e de apoio à produção).

---

<sup>65</sup> Como por exemplo indústrias de alta tecnologia.

<sup>66</sup> Como por exemplo a afectação de uma parte da verba dos orçamentos autárquicos para apoio a projectos de desenvolvimento com interesse para a região, o que poderia ser canalizado para este fim através de entidades parabancárias.

<sup>67</sup> Sobre esta questão refira-se o contributo de João FERRÃO (1995) que num seu trabalho cujo objectivo consistiu em aplicar o conceito de meio inovador à cidade de Évora, chegou às seguintes conclusões: i) inexistência de um meio inovador correspondente à fileira agro-alimentar, ii) carácter demasiado lato, e por isso equívoco, da designação fileira cultural/turismo, iii) existência de dois meios inovadores potenciais, de nível regional: “fileira pedra” e “fileira paisagem/ambiente/tecnologias multimédia”.

## VIII. AS CARACTERÍSTICAS DE UMA VIA DE DESENVOLVIMENTO PROVÁVEL PARA O ALENTEJO

Qualquer que seja a opção, uma estratégia consistente de desenvolvimento e OT para o Alentejo tem de ser gizada numa perspectiva de longo prazo, e muito dificilmente se poderá desencadear uma estratégia deste tipo devido às exigências impostas pelos ciclos eleitorais (de médio prazo), os quais requerem que o poder político emita *outputs* favoráveis, ou o menos desfavoráveis possível, direccionados para a sua base de apoio e para os diversos segmentos susceptíveis de o apoiarem. Nestas circunstâncias o poder político (central, sub-regional, local) vê-se muito limitado perante a possibilidade de adoptar medidas que embora sendo de carácter impopular, carregariam resultados positivos só possíveis num prazo superior ao ciclo político. Os poderes públicos estão assim limitados na sua actuação, tendo de atender às coordenadas respeitantes ao tempo de actuação e interagir dialecticamente com a vontade de mudar, bem como estimular e apoiar o(s) epicentro(s) da mudança.

Sobre esta temática, Bernard PLANQUE (1995) acentua que “num contexto histórico de fraca industrialização e de ausência de ‘ambiente industrial’, é provável que, como escrevia há perto de um século Paul Vidal de la BLANCHE, o choque só possa vir do exterior ... ainda que não sejam inúteis os esforços duma política local, com as dificuldades que sublinhámos, para articular os actores susceptíveis de participarem no forjar de uma convenção territorial de inovação.” Mas o autor não deixa de advertir que, por muitas boas vontades que haja, uma política tecnológica regional, está provavelmente mais condicionada e influenciada pelo perfil tecn-económico da região, [nas suas componentes ‘logística’ (estrutura do aparelho produtivo) e ‘cultural’ (modelo comportamental dominante)], do que capacitada (pelo menos a médio prazo), para exercer uma influência relevante na alteração para melhor deste perfil, sobretudo no que toca à segunda componente.

Poderá assim afirmar-se que, conforme se processar a conjugação de variáveis tais como: i) as limitações exteriores, ii) a correlação de forças (do progresso e da estagnação) a nível nacional, iii) a filosofia de base e a capacidade de manobra do poder central, iv) o peso político de cada região, v) a correlação de forças (do progresso e da estagnação) a nível regional, vi) os trunfos de que cada região dispuser e, vii) as respectivas debilidades, assim serão os contornos do desenvolvimento regional e local.<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> Pelo que não será despidiendo afirmar que sendo a política a arte do possível, então o desenvolvimento das regiões e dos locais menos favorecidos, depende muito, em cada conjuntura, do que é possível fazer e/ou deixar fazer pelos órgãos de poder político.

No Alentejo os actores com competências no âmbito do desenvolvimento e do OT, podem criar e criaram já algumas das condições necessárias para o desenvolvimento (infra-estruturas, órgãos de apoio, estímulos materiais), mas não conseguem criar num curto espaço de tempo a constelação de condições suficientes para a eclosão de um processo que será incremental, ou seja, ir-se-á construindo por fases (com o apoio do poder central e da União Europeia).

Assim, o Alentejo provável até 2010 será muito provavelmente o Alentejo da melhoria (reduzida) de muitas das variáveis endógenas essenciais para um processo de desenvolvimento. Será muito provavelmente o Alentejo em que quase tudo melhorará pouco, para que a região globalmente fique um pouco melhor do que na mesma (em termos relativos).

Será o Alentejo da diminuição populacional, do lento desaparecimento (distanásia) de algumas comunidades locais, do revigoramento de outros locais (capitais de concelho, e de distrito nomeadamente), e do agravamento de assimetrias intra-regionais. Será muito provavelmente o Alentejo da progressiva descaracterização do seu *faciês* agro-pecuário,<sup>69</sup> e estância de segundas residências, destino de lazer no interior e no litoral.<sup>70</sup>

Mas será também o Alentejo da recusa deste destino provável mas não desejável, com mais capacidade de luta (porque espicaçado pelas contrariedades) e com a esperança num futuro melhor (porque animado por alguns êxitos). Será uma região em que se aprofundará o exercício de reflexão estratégica e de clarificação de opções estratégicas,<sup>71</sup> e em que se envidarão esforços de reorganização e readaptação, de concretização de alguns projectos estruturantes locais e sub-regionais, lutando para responder às exigências sociais e políticas que se coloca a si mesma. Será o Alentejo da continuação na procura esforçada do caminho para o desenvolvimento, possivelmente adiado para lá de 2010, muito provavelmente apostando na criação de riqueza conforme consta na matriz “Potencial de Crescimento de Mercado x Parcela de Mercado,<sup>72</sup> a que se respeita o Quadro 152.

---

<sup>69</sup> Devido à diminuição do número de trabalhadores agrícolas, do crescimento da agricultura de regadio, da retirada de terras para o cultivo de cereais, da tendência dos habitantes das zonas consideradas rurais para interiorizarem modos de vida dos habitantes das zonas urbanas.

<sup>70</sup> Como denota a oferta de quintas para venda nesta região (v: Anexo XVIII).

<sup>71</sup> Constituem exemplos desta afirmação, dois projectos, entre outros, que estão em fase de elaboração no Alentejo: o PROALENTEJO (que beneficia das sugestões avançadas pelos actores convidados a pronunciarem-se sobre esse documento), e o Plano Estratégico de Saúde para a Região Alentejo.

<sup>72</sup> Na qual se baseou esta figura (3 x 3). A matriz de base (2 x 2) foi criada pelo Boston Consulting Group (BCG), e aí os produtos são agrupados em quatro categorias. i) *Estrelas/Vedetas* (rentabilidade, fortes necessidades financeiras): produtos que vale a pena desenvolver pelo seu potencial gerador de dinheiro; ii) *Vacas de dinheiro/Vacas leiteiras* (forte rentabilidade, fracas necessidades financeiras): produtos que realizaram o seu potencial gerador de dinheiro; iii) *Pontos de interrogação/Dilemas* (fraca rentabilidade, fortes necessidades financeiras): produtos que

QUADRO 152

**MATRIZ POTENCIAL DE CRESCIMENTO DE MERCADO x PARCELA DE MERCADO**

<b>POTENCIAL DE CRESCIMENTO DE MERCADO/ PERSPECTIVAS</b>	ELEVADO(AS)	<p><i>PONTOS DE INTERROGAÇÃO</i> (Investigar)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Culturas do olival (inclui o azeite)</li> <li>• Culturas de regadio (milho; espécies hortícolas e frutícolas; beterraba)</li> <li>• Serviços de apoio à produção</li> </ul>	<p><i>CAVALOS DE GALOPE</i> (Apostar)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sector florestal em geral</li> </ul>	<p><i>ESTRELAS</i> (Desenvolver)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismos e lazeres litorais</li> <li>• Bovinocult. extens.</li> <li>• Ovinicultura extens.</li> <li>• Suínicultura</li> <li>• Vinhos de mesa</li> <li>• Silvicultura</li> <li>• Serviços relacionados c/ a 3ª Idade</li> </ul>
	MÉDIO/ MEDIANAS	<p><i>ASPIRANTES</i> (Incentivar)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Transformação de mármore</li> <li>• Turismos (em áreas urbanas; rurais; activos e ou de natureza; de saúde)</li> <li>• Serviços culturais</li> <li>• Serviços relacionados com o ambiente</li> </ul>	<p><i>ELEFANTES EMANCIPADOS</i> (Persistir)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Indústria agro-alimentar e bebidas</li> </ul>	<p><i>MAIORIAS QUALIFICADAS</i> (Insistir)</p>
	BAIXO(AS)	<p><i>CÃES DE DINHEIRO</i> (Desinvestir)</p>	<p><i>PRÉ-REFORMADOS</i> (Manter)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cereais de sequeiro</li> <li>• Minerais metálicos e pirites</li> </ul>	<p><i>VACAS DE DINHEIRO</i> (Mungir)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comércio</li> <li>• Cortiça</li> <li>• Extracção de mármore</li> <li>• Serviços de recreio e lazer</li> <li>• Indústria automóvel</li> </ul>
		BAIXA	MÉDIA	ELEVADA
<b>PARCELA DE MERCADO/ ACTUAL</b>				

Fonte: Entrevista a especialistas em desenvolvimento

podem ter qualidades de estrela, mas que requerem mais investigação para se determinar se merecem mais desenvolvimento ou se, em alternativa, se justifica o desinvestimento; iv) *Cães de dinheiro/Cães rafeiros* ou ainda *Tias* /(fraca rentabilidade, fracas necessidades financeiras): produtos que estão em declínio há algum tempo em termos de produção de lucros, e nos quais é duvidoso que se continue a investir (RICHARDSON; RICHARDSON, 1992; SANTOS, 1993).

Será também o Alentejo que do ponto de vista institucional<sup>73</sup> muito provavelmente se continuará a empenhar numa via de desenvolvimento, próxima da que se caracteriza por componentes tais como:

Tomar a pessoa como princípio e fim de todas as políticas (*Primado do ser humano*);

Proporcionar às populações, qualquer que seja o aglomerado em que residam, e aos estratos sociais mais desfavorecidos, a oportunidade da satisfação das respectivas necessidades fundamentais (*Princípio da equidade territorial e social*);

Valorização do território (considerado mais do que um mero espaço em que as actividades se desenrolam), e valorização da cultura dos valores comuns, das vivências participadas e das possibilidades de interacção capazes de gerar sinergias (*Desenvolvimento a partir do território*);

Ênfase na satisfação das necessidades internas dos habitantes da região como um dos principais motores do desenvolvimento, evitando a subserviência à procura externa (*Importância do sistema de necessidades endógenas para o desenvolvimento*);

Valorização das comunidades, das suas organizações e dos seus habitantes como raízes do desenvolvimento endógeno (*Desenvolvimento comunitário*);

Fortalecimento das relações entre os sectores produtivos locais, desenvolvendo-se o uso de recursos locais, e valorizando-se os saberes e técnicas tradicionais, baseados em conhecimentos e competências existentes (*Valorização dos recursos locais*);

Procura de um desenvolvimento que integre os aspectos técnicos, económicos, sociais, culturais, agrícolas, industriais, com o acompanhamento a nível dos locais da evolução global e parcelar (*Desenvolvimento integrado*);

Preocupação com os valores locais, sociais e culturais, recusa da maximização, recusa da procura do óptimo abstracto, e opção pela sustentabilidade (*Opção pela economia territorial*);

Estímulo da preferência endógena pelos produtos locais, incentivando-se a melhoria da respectiva qualidade (*Endogeneização selectiva*);

Reforço das relações entre as pequenas empresas, as pequenas povoações, e as pequenas comunidades (*Pequena escala*);

---

<sup>73</sup> Ou seja, no âmbito das autarquias e respectivas associações, ADL/ONG, Associações sindicais, e mesmo de algumas associações ligadas às PME, e em sintonia com a visão do mundo partilhada por segmentos populacionais relevantes (população rural, artesãos, ambientalistas), ou com a visão do mundo partilhada pela “opinião pública” (estado de espírito comum a um número expressivo de habitantes do Alentejo)

Dinamização e estímulo de métodos e técnicas de trabalho tradicional, por forma a possibilitar que uma parcela crescente dessas actividades se realize com autonomia económica e financeira (*Economia informal*);

Aposta na autonomia e no autocentramento, na autosuficiência, no auto-financiamento possível, e na auto-governança por parte dos locais (no que se refere a uma parcela crescente de actividades sociais, económicas, culturais, etc.), acompanhadas pelo papel regulador e supletivo dos poderes sub-regionais e regionais, e dos poderes centrais, conforme o princípio da subsidiariedade (*Cultura da Descentralização*);

Recusa do conceito monetário de venda como único critério de valorização, bem como alargamento da noção de custo e de valor para lá do conceito de mercado (bens patrimoniais, valores ambientais) (*Crítica do método de avaliar o óptimo*);

Aproveitamento das potencialidades imateriais do meio enquanto fonte de tradições e de experiências, raízes indutoras da permanente criatividade (*Inovações de carácter local*).

Escolhas estas que enfrentarão um quadro político no qual uma das prioridades actuais do país (e comunitária) consiste na eficiência económica, pelo que num tal quadro parece que só quando o desenvolvimento das regiões menos favorecidas se inserir num desígnio nacional (ou comunitário) altamente relevante, como seja por exemplo o do aumento da competitividade externa do país (ou da UE), o efectivo e decisivo combate contra a exclusão de regiões como o Alentejo assumirá uma indiscutível prioridade formal e material, e terá resultados positivos sensíveis.

Nestas circunstâncias, e em alternativa ao panorama traçado no parágrafo anterior, como já se referiu, no presente só uma política voluntarista (razoáveis investimentos adicionais, incentivos consideráveis a empresas) pode sustentar a situação de desvantagem progressiva que se vive no Alentejo.

## IX. O CENÁRIO VOLUNTARISTA/CONTRASTADO

Face ao raciocínio exposto no ponto anterior, considera-se assim que sendo o Futuro Imperfeito o cenário mais provável, não é porém o único susceptível de vir a ocorrer no Alentejo.

Em alternativa a região poderá conhecer um processo de desenvolvimento sustentável, vendo potencializado o aproveitamento de recursos endógenos importantes em áreas tais como: a mineira, a agrícola, a pecuária, a transformação de produtos alimentares, o turismo, os transportes, para só citar algumas dessas

áreas, reter a população com tendência para sair da região, e inclusivamente atrair população residente e emigrada no exterior.

Nessa hipótese o Alentejo capitalizará “em períodos futuros o resultado de baixos níveis de crescimento do passado, apresentando índices de desenvolvimento em alguns sectores superiores à média nacional, susceptíveis de aproximarem a região alentejana dos indicadores de desenvolvimento verificados para a média do país.”<sup>74</sup> (CCRA; CETA, 1990). Em tais circunstâncias o Alentejo poderá (ou deveria) atingir uma situação estável em indicadores cruciais [caso de um saldo fisiológico, e de um crescimento demográfico pelo menos (quase) nulos, ou mesmo ligeiramente positivos], alcançando assim uma dinâmica próxima da que se designa por «meseta homeostática» (situação de um sistema em que melhoram os indicadores de crescimento negativos, mantendo-se num estado de equilíbrio, portanto evoluindo a prazo sem alterações relevantes), mas proporcionando-se entretanto condições para posteriores saltos qualitativos no âmbito do desenvolvimento.

Este cenário poderá ocorrer se se tiver em consideração que eventualmente: i) a situação a nível mundial pode evoluir globalmente de uma forma positiva, ii) a situação a nível da UE venha também globalmente a melhorar, iii) a situação a nível de Portugal se apresente mais favorável sob o aspecto económico e no que se refere ao efectivo e empenhado interesse pelo desenvolvimento do interior. Então o provável cenário desfavorável para o Alentejo poderá não se verificar, e em alternativa poderá acontecer um cenário mais favorável para a região, associado a prováveis situações como as que se descrevem a seguir.

## 9.1. PRESSUPOSTOS A NÍVEL GLOBAL <sup>75</sup>

Considerando que a nível global se irá verificar a existência duma efectiva vontade política atinente à criação das condições objectivas e subjectivas que

---

<sup>74</sup> Para o qual se traçou um cenário designado por A, desenvolvimentista, caracterizado por:

- taxas de crescimento anual do produto regional situadas na faixa dos 3,5 por cento a 4,5 por cento;
- elevadas taxas de crescimento, possíveis devido à conjuntura económica do país;
- uma integração bem sucedida na CEE, com cabal aproveitamento das potencialidades oferecidas pelos fundos estruturais na atenuação das desigualdades entre regiões;
- ter como motores do crescimento os seguintes sectores: os serviços, a construção e obras públicas e o sector industrial, nomeadamente a alimentação, bebidas e tabaco, a madeira e cortiça, as químicas e os produtos minerais não metálicos.

<sup>75</sup> Elaborado com base em A. MATEUS (1995, pp. 340-1); M. MURTEIRA (1990, p. 205; 1995, pp. 128-9); KRAMPEN (1986, pp. 244-5); PNUD (1992)

possibilitem no quadro dum cenário «Integrador» ou da «Cooperação», instaurar o desenvolvimento durável/sustentável cujas premissas são as seguintes:

- estreita cooperação entre os principais actores da cena mundial, (países, grupos de países, ONG) em que uma vontade política conjunta se sobrepõe à lógica do economicismo puro,<sup>76</sup> permitindo uma afirmação mais harmónica do modelo da «Tríade» (alargamento do «mundo desenvolvido» com o surgimento de novos centros e alargamento do «mundo em desenvolvimento»);
- um crescimento mais rápido e sustentado;
- uma reorganização dos modelos de produção e consumo, que no limite optimista permitirá uma verdadeira redistribuição de recursos e rendimentos à escala mundial capaz de integrar todos os povos no processo de desenvolvimento e criar um ambiente duradouro de paz e progresso social, portanto a observância duma repartição mais equitativa dos recursos e rendimentos, e conseqüente redução ou eliminação da pobreza;
- crescimento demográfico moderado, acompanhado de um esforço de integração social e intercultural que conduzirá a uma forma de comunicação tolerante e aberta que ligará o espaço mundial numa espécie de unidade na diversidade;<sup>77</sup>
- preocupação com a diversidade e conservação dos ecossistemas, adaptação das actividades produtivas à preservação do ambiente,<sup>78</sup> vigilância mais atenta do impacte negativo das actividades económicas do desenvolvimento sobre o ambiente;
- relações económicas interpolares mais cooperativas que conflituosas, e relações centro-periferias essencialmente descentralizadoras, propiciando sistemas de trocas mais equitativos e mais abertos no seio dos países e entre países, compreendendo o aumento da produção para consumo local;

---

<sup>76</sup> O que contribuiria para diminuir a fragilidade do triângulo ‘concorrência-cooperação-solidariedade’, que poderá não resistir à pressão ultraliberal conjugada com a liberalização dos mercados mundiais. (TORRES, 1997).

<sup>77</sup> A planetarização e a internacionalização das nações que esta situação implica, incluem-se no cenário designado de Chinatown por KRAMPEN (1986, pp. 244-5).

<sup>78</sup> No âmbito do cenário designado por Ecotopia (KRAMPEN, 1986, pp. 244-5), que também implica a descentralização do espaço em pequenos habitats e regiões autárquicas.

- manutenção ou alargamento do campo de actuação do Estado-nação nos aspectos sociais, visando a melhoria da saúde, da instrução e da formação profissional dos seres humanos;
- sobreposição dos valores pós-materialistas sobre os valores materialistas;
- governação descentralizada e mais participada.

## 9.2. PRESSUPOSTOS A NÍVEL DA UNIÃO EUROPEIA <sup>79</sup>

Considerando também um cenário mais genérico denominado «Europa das Regiões»,<sup>80</sup> pressupondo-se

- uma articulação equilibrada entre alargamento e aprofundamento da UE, que assegurará a concretização efectiva do Mercado Interno Europeu sem sacrifício do reforço da coesão económica e social (MATEUS, 1995, p. 348);
- o não agravamento das desigualdades e da marginalização social como objectivo político predominante;<sup>81</sup>
- o desenvolvimento significativo do potencial turístico rural, da florestação e da agricultura (embora com limitação dos excedentes agrícolas através diminuição dos preços); manutenção de grande parte do emprego agrícola nas regiões rurais, e aplicação dos fundos disponibilizados para a agricultura na definição de uma nova função recreativa e paisagística do meio rural,<sup>82</sup> continuando a tendência actual da agricultura para a extensão e a integração;
- implantação por parte das empresas de todos os sectores, em locais com ligações e mão-de-obra suficientes e onde a paisagem e a qualidade sejam agradáveis e atractivos;
- desagravamento dos custos devido à remoção de barreiras não tarifárias, o que pode ser particularmente significativo para as PME mais sensíveis às implicações (em termos financeiros e de tempo dispendido) dos procedimentos alfandegários;

---

<sup>79</sup> Texto elaborado com base em A. MATEUS (1995).

<sup>80</sup> Enquadrado por um keynesianismo à escala mundial que assegurará uma retoma do crescimento, e por um clima bastante favorável a uma forte cooperação a nível internacional, como referido anteriormente.

<sup>81</sup> Neste cenário pressupõe-se que os trabalhadores assalariados aceitem mutações importantes nos métodos de produção, nas qualificações e nas carreiras profissionais, em troca da estabilidade do emprego e do controlo sobre essas mutações ... (M<sup>a</sup> João RODRIGUES, 1988, pp. 38-9).

<sup>82</sup> Neste cenário, a crescente especialização da agricultura não será mais suportável, sendo que uma estratégia a esse nível deva ser baseada na integração da actividade com outras funções (natureza e lazer).

- integração por parte das correntes de pequena distância, mais numerosos nas correntes de longa distância, dando origem a que as principais comunicações de tráfego e transportes apresentem um traçado articulado entre si;
- transformação progressiva por parte dos países do sul, das suas especializações, procurando reforçar a sua posição nas indústrias com conteúdo tecnológico mais elevado, onde as possibilidades de crescimento sejam maiores (v: Quadro 153 na página seguinte). Observar-se-á assim, uma redução da especialização interindustrial destes países nos sectores onde apresentam mais vantagens comparativas e na melhoria das suas «performances» nos sectores onde eram tradicionalmente importadores;<sup>83</sup>
- formação em vastas zonas da Europa, de regiões urbanas relativamente ligadas umas às outras, onde se distinguirão pequenas diferenças funcionais, dispersão de todas as funções, permitindo que por exemplo empresas pertencendo a praticamente todos os sectores se possam instalar em toda a região urbana;<sup>84</sup>
- crescimento acelerado da população da Comunidade,<sup>85</sup> que ocorrerá mais ou menos uniformemente por todos os países-membros, embora a nível regional se continue a verificar um declínio em algumas áreas, como será o caso de regiões situadas na ex-RDA, na Grécia e no Norte da Itália;
- aumento da força de trabalho, nomeadamente no Sul (totalidade de Espanha e Portugal), na Irlanda, grande parte da França e nos países do Benelux,<sup>86</sup> e aumento da população em idade activa, devido em grande

---

<sup>83</sup> Este cenário baseia-se essencialmente na recente evolução das «performances» exteriores destes países, traduzida, por um lado, pela deterioração destas tanto nos mercados intracomunitários como nos mercados extracomunitários nos sectores tradicionais, e por outro, na melhoria da competitividade nas indústrias com conteúdo tecnológico mais elevado (ex: electrodomésticos). Todo este processo de reestruturação pode ser facilitado pelos investimentos de deslocalização que proporcionam em geral uma transferência de tecnologia e uma melhoria do capital humano.

<sup>84</sup> Assim, as regiões deverão estar capacitadas para assegurar um vasto leque de funções, para tal contribuindo uma estrutura de rede diversificada, i.e., a melhoria das ligações internas e externas. Nesta rede, as empresas internacionais disporão de uma vasta gama de escolhas para a sua implantação. Esta estrutura de ordenamento, baseada nas estreitas relações entre regiões urbanas adjacentes (cadeias), visará reforçar a coesão interna da Europa.

<sup>85</sup> Com base nas hipóteses de um aumento gradual das taxas de fertilidade e em níveis elevados de migração para o interior na Comunidade, à razão de 750 mil pessoas por ano.

<sup>86</sup> Tal aumento dever-se-á essencialmente ao aumento substancial da taxa de participação feminina, ainda abaixo da média comunitária nas zonas acima referidas (no ano 2000, constituirá 43 por cento da totalidade, contra os 40 por cento de 1.990). Isto claro, no pressuposto de que serão

parte ao incremento da imigração,<sup>87</sup> (que contribui já nesta década de 90 para o aumento dos efectivos populacionais situados nessa faixa etária);

#### QUADRO 153

#### VARIANTES DO CENÁRIO INTRA-INDUSTRIAL E RESPECTIVOS TRAÇOS

<b>VARIANTES COMPONENTES</b>	<b>CENÁRIO INTRA-INDUSTRIAL CLÁSSICO</b>	<b>CENÁRIO INTRA-INDUSTRIAL INOVADOR</b>
<b>Estrutura regional</b>	Actividades intensivas em capital e tecnologia avançada	Actividades intensivas em capital e em tecnologias “médias”
<b>Vantagens comparativas</b>	Diferenciação do produto	Nichos tecnológicos
<b>Estratégia empresarial</b>	I&D Produção de tecnologia Parceria internacional no domínio da tecnologia	Modernização da gestão: -especialização tecnológica -adaptação tecnológica -parceria área tecnológica -cooperação inter-empresarial
<b>Estratégia de marketing</b>	Economias de escala Reforços das relações intra-industriais Contrato oligopolístico	Fluxos inter-comunitários
<b>Riscos e vantagens</b>	Dependência do investimento estrangeiro num quadro de forte divisão internacional do trabalho: possibilidade de elevados custos de ajustamento	<u>Vantagens a médio/longo prazo:</u> aumento da população

Fonte: Geoideia (1993) adaptado de QUÉVIT (1992a)

### 9.3. PRESSUPOSTOS A NÍVEL DO ARCO ATLÂNTICO

Considerando um cenário designado por “salto qualitativo generalizado” que poderá ocorrer no Arco Atlântico e que se baseia na rejeição colectiva da fatalidade e da marginalização, e que sem sub-estimar outros sectores aponta para um tónica especial na inovação-industrialização e para os sistemas de transportes, os quais

---

criadas determinadas condições, como sejam: i) alterações da atitude tradicional para com as mulheres que trabalham, ii) desenvolvimento de oportunidades de emprego no sector dos serviços, iii) maior disponibilidade de emprego a tempo parcial, iv) acordos de trabalho flexíveis, e v) criação de estabelecimentos que cuidem das crianças.

<sup>87</sup> No entanto os elevados níveis de imigração poderão ser futuramente dependentes de um certo número de factores socioeconómicos, internos e externos à Comunidade, e das políticas dos Estados-membros relativas às entradas.

impulsionarão transformações tais que terão efeitos de arrastamento muito importantes sobre as economias das regiões atlânticas.

Neste cenário, a presença de um forte potencial de pesquisa em ciências agronómicas aliada à vocação agrícola de várias regiões atlânticas, estará na origem duma acção vigorosa e concertada, no domínio das tecnologias aplicadas à transformação e à valorização dos produtos agrícolas a partir de competências acumuladas. Verificar-se-á igualmente uma colaboração, que será organizada no domínio das tecnologias de luta contra as poluições e na preservação do ambiente (tratamento de esgotos, reciclagem, protecção dos meios naturais frágeis).

A articulação entre as actividades de pesquisa tecnológica e as actividades de produção industrial, será organizada de maneira muito mais sistemática pela concretização de redes de difusão tecnológica próximas das empresas.

A modernização industrial não se restringirá a algumas “ilhas” privilegiadas em redor dos tecnopólos. As cidades médias, em particular aquelas onde estão instaladas universidades ou centros de formação técnica superior, serão utilizadas como veículos de transferência tecnológica para as PME. O pessoal docente será mobilizado porque é susceptível de fornecer excelentes agentes de transferência de tecnologia. Terá lugar uma atenuação progressiva da importância relativa das indústrias de mão-de-obra, o que será acompanhado de importantes medidas em matéria de formação profissional. Os resultados indirectos a médio termo deste processo consistirão, quer na limitação dos riscos de deslocalização industrial para os países extra-europeus dotados de mão-de-obra qualificada, quer num atractivo maior para os investimentos exteriores, para os quais a disponibilidade de mão-de-obra qualificada é um trunfo importante.

O domínio dos transportes conhecerá uma importante dinâmica, influenciando sobre as grandes redes de maneira a compensar a sua orientação radial e a favorecer os novos eixos de integração. Paralelamente com a melhoria das ligações rodoviárias, a introdução de novas tecnologias ferroviárias de velocidade intermédia em direcção as cidades médias virá completar as redes de comboios de alta velocidade que ligam as metrópoles. As redes de telecomunicações avançadas serão igualmente promovidas em direcção às cidades médias, de maneira a que aí se possam desenvolver serviços de alto nível, tornando-as atractivas para a implantação de empresas e para o desenvolvimento turístico.

A economia rural, adaptando-se aos novos constrangimentos da PAC orientar-se-á para as culturas agrícolas extensivas, mas de valor acrescentado em termos de qualidade, de maneira a beneficiar de novos segmentos de mercado (produtos naturais e biológicos), substituindo o valor acrescentado mecânico ou

técnico por um valor acrescentado humano feito de saber-fazer. As produções destinadas ao agro-alimentar de qualidade serão reforçadas e as culturas extensivas destinadas à produção energética progressivamente desenvolvidas. As actividades rurais serão diversificadas, os rendimentos provenientes do turismo verde verão completar o rendimento dos agricultores. Esta evolução permitirá parar a falta de emprego nas zonas rurais. Estimando-se em cerca de 300.000 o número de empregos que podem ser mantidos no conjunto da zona atlântica ...

A oferta em matéria de produtos turísticos evoluirá em duas direcções, ainda que independentes: a adaptação à nova procura, e a valorização do conjunto de recursos das regiões atlânticas em particular os dos países atrasados.

A adaptação da procura implicará um mais forte valor acrescentado nos produtos oferecidos, ou seja, por um lado uma qualidade mais elevada e uma diversificação (cultura, gastronomia, descobertas, etc.). Implicará igualmente a possibilidade para os turistas de delinearem eles mesmos os seus programas e os seus itinerários. A evolução irá pois para uma flexibilidade mais elevada e uma panóplia de serviços *à la carte*. Nestas novas formas de oferta, a colaboração entre o sector público e o sector privado será cada vez mais necessária. As sociedades de economia mista servirão de base à actuação conjunta de diversos parceiros. Os novos produtos assim realizados e propostos poderão ser realizados por redes informatizadas modernas, evitando os inconvenientes do turismo de massas.

O maior capital das regiões atlânticas, a qualidade dos seus espaços e do seu ambiente será preservada e melhorada pelas transferências de saber-fazer entre as regiões atlânticas e pelas cooperações tecnológicas.

O reequilíbrio da malha urbana limitará os problemas de congestão das grandes metrópoles e as pressões sobre as zonas litorais, em particular na metade sul do arco atlântico. As zonas sensíveis (zonas húmidas, espaços florestados, biótopos, etc.) serão protegidas de maneira mais eficaz. A qualidade do ambiente tornar-se-á então um dos mais importantes factores de arrastamento económico.

#### 9.4. PRESSUPOSTOS A NÍVEL NACIONAL<sup>88</sup>

Considerando que em Portugal poderá ocorrer um cenário designado por Dragão Europeu que aparece associado à combinação de evoluções positivas quer a nível mundial (afirmação da cooperação) quer a nível europeu (articulação bem conseguida entre o aprofundamento e alargamento), cujas características são:

---

<sup>88</sup> Texto elaborado com base em A. MATEUS (1995);

-aprofundamento da dinâmica de transformação económica e social, o que permitirá a concretização dum processo de convergência real de natureza global (ao nível do rendimento por habitante, da produtividade, dos comportamentos e dos mercados) tendendo a reduzir, no espaço de uma geração, o essencial do fosso que separa, actualmente, Portugal da média comunitária;

-recolocação global da economia nacional no comércio mundial (ao nível dos produtos, dos mercados de destino e das vantagens competitivas), obtida com base numa reestruturação profunda da especialização das actividades económicas localizadas em Portugal, protagonizada por iniciativas privadas com dimensão e alcance estratégico e por políticas de suporte, incentivo e restrição;

- expansão dum ritmo forte e sustentado do IDE, em articulação com o investimento de base nacional, permitindo a formação de «clusters» e redes de produção e comercialização para o mercado mundial;
- incremento dum lógica de internacionalização baseada na «receptividade» que acompanha e ultrapassa a «acessibilidade» permitindo criar um quadro favorável à inovação (o investimento público equilibrado em infra-estruturas, Ciência e Tecnologia e Educação, suporta este processo);
- melhoria dos resultados da convergência real, com consequências positivas na convergência nominal e na ampliação da margem de manobra para as políticas e despesas públicas, permitindo a «montagem» de um nível de protecção social com dimensão suficiente para fazer face ao essencial das consequências da rápida reestruturação do sistema produtivo (desemprego, depressões regionais, reformas);
- melhoria da relação entre políticas públicas e mercado, e entre Estado e Sociedade Civil devido ao aperfeiçoamento das intervenções de base administrativa nos processos de desenvolvimento económico e social;
- aumento da produtividade das estruturas agrícolas, em particular no que se refere aos produtos destinados à exportação (alguns produtos agrícolas e florestais, em bruto ou transformados), devido à transformação progressiva dessas estruturas agrícolas, mais orientadas em todo o caso para a produção de produtos agrícolas destinados ao aprovisionamento do mercado nacional, do que para o mercado internacional;
- aumento da produtividade no sector da indústria, devido às novas oportunidades proporcionadas pela integração na EU;
- estruturação da indústria em fileiras de produção completas, com base no fornecimento das matérias-primas e dos recursos para os seus produtos

manufacturados em condições de mercado internacional, devido à exploração das relações económicas de Portugal e das suas vantagens comparativas;

- subida do nível de vida das populações, (o que irá por seu turno estimular a produção industrial e os serviços (nomeadamente o turismo) devido a uma procura nacional minimamente sustentada;
- atracção acrescida de capitais estrangeiros (via investimentos directos e via empréstimos do sistema bancário internacional), devido à manutenção de um rápido crescimento económico.

### 9.5. PRESSUPOSTOS A NÍVEL DO ALENTEJO

No que se refere ao Alentejo, para que aqui possa ocorrer um cenário mais favorável, é necessário que se verifiquem condições que serão desenvolvidas mais à frente, tais como:

- a) uma efectiva concertação entre os actores políticos, económicos, educativos, sociais e culturais sobre as grandes linhas estratégicas de desenvolvimento e de ordenamento para o Alentejo, e a existência e funcionamento de órgãos de decisão política a nível regional;
- b) a concretização dum plano estratégico-integrado para a região, implicando a implementação em tempo útil de uma Agência de Desenvolvimento Regional;
- c) a efectiva e actuante articulação dos estabelecimentos de Ensino Superior, acompanhada do aprofundamento da ligação Ensino Superior-Envolvente regional;
- d) pleno aproveitamento das infra-estruturas “estruturantes” de carácter estratégico (Alqueva, aeroporto de Beja e porto de Sines).

A realização de condições favoráveis a todos os níveis, como são as enunciadas anteriormente, pressupõe a existência de políticas voluntaristas. No entanto essas políticas têm limites materiais e temporais, são condicionadas pela racionalidade económica (ou por um mínimo de racionalidade económica) que se exige aos poderes públicos que, a assumiram, ou são forçados a assumi-la.<sup>89</sup>

Como tal o grau de viabilidade das políticas voluntaristas não resulta só da vontade de alguns agentes sociais em mudar situações consideradas desfavoráveis, portanto não resulta só da influência de uma componente subjectiva muito motivada

---

<sup>89</sup> Veja-se o caso de Foz Côa, a propósito do qual o ministro da cultura do governo socialista para defender o projecto do parque arqueológico, vem afirmar em 11/8/96, que a cultura é umas das poucas áreas em que na Europa se está a criar (ainda que poucos) postos de trabalho.

para mudar uma situação considerada indesejável (identificando imediatamente ou confundindo desejos com a realidade), resulta também da conjugação desta componente com outra componente subjectiva que lhe é ou não adversa (a que defende os interesses afectados, e que respeita ao grau de aceitação por parte dos destinatários), e da conjugação destas com a componente objectiva (v.g. recursos disponíveis, correlação de forças).<sup>90</sup>

A viabilidade de uma política voluntarista generalizada e prolongada/durável, parece estar assim comprometida nos próximos 13 anos, com prejuízos para a evolução socioeconómica do Alentejo. Estas condicionantes não só não impedem, como exigem por parte dos decisores com responsabilidades nos destinos da região, a adopção de medidas adequadas à situação. Em conformidade, o ponto seguinte tem como finalidade proporcionar matéria de reflexão, que oriente algumas decisões conducentes ao desenvolvimento possível do Alentejo.

---

<sup>90</sup> Um dos exemplos mais ilustrativos desta problemática é o caso da tentativa de desenvolvimento do Mezzogiorno, com a qual se pretendia desenvolver o sul de Itália, processo que afinal acabou por beneficiar o norte já mais desenvolvido.

## X. SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES

Melhorar as vantagens competitivas e preservar as vantagens comparativas da região, por forma a reforçar numa época de internacionalização, a capacidade endógena de iniciativa e de negociação com o exterior, com a finalidade de evitar, quer o fechamento sobre si própria, quer a permissividade à dominação pelas regiões desenvolvidas. Capacidades que como vimos anteriormente, pressupõem competências capazes de seleccionar do exterior o que for mais conveniente à região para valorizar os seus recursos internos.<sup>91</sup>

Impõe-se assim numa primeira sequência lógica, discutir um objectivo fundamental (atendendo aos três princípios da estratégia: concentração de esforços, economia de forças e liberdade de acção), que permitam mobilizar vontades e motivar para a actuação, e que neste caso se sugere como matéria para reflexão a seguinte proposta: **Afirmar o Alentejo, nacional e internacionalmente, como uma região viva, dinâmica e com futuro.**<sup>92</sup>

Numa segunda sequência lógica, e tendo em atenção o que já foi referido, haverá que discutir os procedimentos que possibilitem concretizar os objectivos estabelecidos, e que como base de trabalho se sugere os seguintes:

1. adopção do consenso entre parceiros sobre o conteúdo e concretização de um projecto estratégico-integrado regional;
2. constituição de um órgão de representação/coordenação regional (de acordo com o consenso conseguido por órgãos sub-regionais, mandatos para efeito), com a clarificação dos respectivos mandatos, que actuará de acordo com o princípio da subsidiariedade (caso se continue a arrastar a concretização da lei-quadro da regionalização);
3. adopção de um sentido de missão, que defina como se posiciona a região, tendo em conta as suas responsabilidades (como interpreta e pretende desempenhar a “vocação” que consensualmente for adoptada);
4. elaboração de um projecto de referência para o longo prazo, (tendo em atenção uma visão de sucesso para a região).<sup>93</sup>

---

<sup>91</sup> Pelo que não basta hoje já só “pensar global e agir local” (o GloCal), mas sim “pensar global e local, e agir local e global”.

<sup>92</sup> Que deverá ser acompanhado no plano interno, pela preocupação de estimular continuamente o auto-conceito e o patriotismo regional positivo, por parte dos naturais e/ou residentes no Alentejo (bem como dos alentejanos que residem no exterior da região), por forma a criar uma força anímica que bafeje o processo de desenvolvimento.

<sup>93</sup> No qual se incluíam os seguintes projectos estratégicos: Optimização do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva; Aproveitamento Comercial do Porto de Sines / Pólo Industrial de Sines;

E ainda que como pilares favoráveis à materialização das propostas anteriores, se continue a consolidar algumas iniciativas que formal ou informalmente já se encontram em curso, ou têm precedentes encorajadores, como por exemplo:

- elaboração de um plano de actuação da rede de Ensino Superior da região, tendo por finalidade estimular na região a capacidade de inovação;<sup>94</sup>
- dinamização do funcionamento da Agência de Desenvolvimento Regional (v: Anexo XIX);
- criação de um observatório (*tableau de bord*), que permita conhecer sincrónica e diacronicamente a realidade regional, recorrendo às potencialidades oferecidas pelos Sistemas de Informação Geográfica;
- aposta no Alentejo como mosaico diversificado de vários interesses e saberes culturais e científicos, aproveitando os certames e outras iniciativas locais para a promoção de debates específicos;<sup>95</sup> (v: Anexo XX);
- criação de novas redes de cooperação entre municípios com base em afinidades específicas,<sup>96</sup> o que poderia passar pela identificação de conjuntos homogéneos de concelhos com características demográficas e socioeconómicas comuns, para finalidade de debate sobre experiências, soluções, e intervenção adequada;

---

Aproveitamento do aeroporto de Beja e do aeródromo de Évora; Reestruturação da indústria extractiva; Reestruturação do sector agrícola; Concertação regional / Regionalização; Promoção de uma “imagem de marca” do Alentejo, assim como dos seus produtos / Valorização dos produtos regionais; Optimização da cooperação transfronteiriça; Florestação e recuperação do montado; Melhoria da indústria agro-alimentar e comercialização dos respectivos produtos; Aproveitamento do Turismo; Recuperação do património; Concretização da rede de estabelecimentos do ensino superior (que deverá constituir um dos eixos fundamentais da capacidade de inovação de que a região carece. [Fonte: Núcleo de Desenvolvimento Estratégico da Universidade de Évora (NDE/UE)].

<sup>94</sup> Para o que se deveria estabelecer (entre o ensino superior público e o ensino superior particular e cooperativo) as linhas e temas gerais de actuação, e promover uma adequada oferta de cursos breves, a juntar aos cursos superiores ministrados na região (v: Anexo XXI).

<sup>95</sup> Durante os quais o ensino superior poderia contribuir através da apresentação de *working papers*, trabalhos de licenciatura, teses de mestrado e de doutoramento, que incidissem sobre o tema em debate.

<sup>96</sup> Por exemplo: concelhos com densidade populacional inferior a 10 hab/km<sup>2</sup>, concelhos mais envelhecidos; concelhos com dupla hemorragia populacional (diminuição demográfica simultaneamente no concelho e na respectiva sede); concelhos de produção de artesanato; concelhos com níveis de vida mais reduzido.

- criação de programas específicos para estímulo e apoio à criação de novas empresas com posicionamentos estratégicos inovadores, que permitam ancorar jovens empresários e jovens quadros técnicos na região.

São estas as sugestões e recomendações que se considerou oportuno propor ao reflectir sobre os resultados alcançados com a investigação realizada, (de forma a evitar ao máximo o cenário menos favorável, mas mais provável, e a conseguir a maior aproximação ao cenário contrastado, mais favorável, mas menos provável), tendo em consideração as duas seguintes circunstâncias:

Primeira, que conforme os resultados da investigação apontam, em 2010 o Alentejo apresentará muito provavelmente, uma situação em que as seguintes 27 variáveis incluídas no estudo se caracterizarão por níveis insatisfatórios ou preocupantes (embora a maior parte tenha entretanto beneficiado de alguma melhoria qualitativa):

1. Rede dinâmica de PME's (-4)
2. Degradação irreversível dos solos (-4)
3. Capacidade de inovação (-3,5)
4. Taxa de desemprego (-3,5)
5. Acessibilidade da região aos mercados externos (-3,5)
6. Assimetrias intra-regionais socioeconómicas (-3)
7. Envelhecimento no topo e na base (-3)
8. Ligações aéreas internacionais (-3)
9. Infra-estruturas ferroviárias (-3)
10. Grau de preocupação com a evolução da criminalidade (-3)
11. Poluição das águas subterrâneas nas formações sedimentares (-3)
12. Degradação reversível dos solos (-3)
13. Vitalidade socioeconómica do espaço rural (-2,5)
14. Posicionamento em relação às regiões mais ricas (-2,5)
15. Grau de preocupação com a evolução no emprego (-2,5)
16. Grau de preocupação com a evolução e situação na saúde (-2,5)
17. Rácio de dependência total (-2)
18. Capacidade empresarial e de risco (-2)
19. Dotação em transportes (-2)
20. Grau de preocupação com a evolução na educação (-2)
21. Acessibilidade da região aos decisores políticos económicos (-1)
22. Serviços avançados do terciário superior (-1)
23. Infra-estruturas portuárias (-1)
24. Grau de preocupação com a evolução no ambiente (-1)

25. Grau de preocupação com a evolução na habitação (-1)
26. Poluição das águas subterrâneas nas formações cristalinas (-1)
27. Poluição das águas superficiais (-1)

E que ainda de acordo com os níveis atingidos pelas restantes variáveis se conseguiu provar, conforme já referido anteriormente neste ponto, que no Alentejo até 2010, muito provavelmente, melhorará em grau reduzido o respectivo grau de desenvolvimento; melhorará mais expressivamente o estado do Ordenamento do Território; evoluirão em sentido contrário algumas das variáveis ambientais; melhorará o nível da Qualidade de Vida, e continuará a agravar-se a situação demográfica (caso não se alterem para muito melhor as circunstâncias exógenas previstas, e tomadas medidas internas adequadas). Significa este enunciado que a região tende para se caracterizar até 2010 por uma diminuição populacional pouco acentuada mas muito importante; por uma base económica muito idêntica à actual e por uma ainda elevada taxa de desemprego; por uma melhoria quase generalizada a todas as componentes da QDV (objectiva e subjectiva); pelo agravamento da situação em algumas das variáveis ambientais e pela melhoria em outras dessas variáveis; por uma dotação satisfatória de várias infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento e de apoio à QDV, e pela fragilização do espaço rural. O mesmo é dizer, que nestas circunstâncias, o Alentejo embora melhorando globalmente a sua situação continuará provavelmente a ser ainda uma região periférica, agrícola, e sub-desenvolvida, logo continuando a ocupar um modesto lugar, e um modesto desempenho no conjunto das regiões da União Europeia.

Segunda, que se inferiu que o Alentejo é actualmente uma região das mais pobres da União Europeia, onde predominam os serviços não comercializáveis; agrícola, caracterizada pelo sistema extensivo da monocultura e pela predominância de cereais, onde prevalecem as explorações de grande e média dimensão; duplamente envelhecida, com tendência para a rarefação humana e desertificação biofísica; com uma base económica debilitada, essencialmente especializada em actividades utilizadoras de recursos naturais, situadas muito a montante da cadeia de transformação, o que implica uma diminuta capacidade de gerar efeitos multiplicadores endogeneizáveis.

Terceira, que tendo subjacente a situação que se vive no Alentejo (espelhada na caracterização acima efectuada), se constatou durante a pesquisa que a região enfrenta os seguintes problemas estratégicos:

- a) Base económica frágil e pouco diversificada;
- b) Duplo envelhecimento da população;
- c) Diminuição da população e da densidade populacional;

- d) Elevada taxa de desemprego estrutural
- e) Mercado regional reduzido;
- f) Estrutura fundiária assimétrica;
- g) Pulverização organizativa (várias organizações idênticas numa mesma região);
- h) Assimetrias intra-regionais;
- i) Ineficácia das diminutas elites regionais, e falta de capacidade empreendedora e de risco;
- j) Inexistência de uma estratégia consensual de desenvolvimento regional;
- k) Qualificação ainda insatisfatória da mão-de-obra;
- l) Composição (social) dual da população;
- m) Erosão e aridez dos solos agrícolas;
- n) Cultura (ainda muito) infra-estrutural do poder autárquico.

Porém, actualmente e no longo prazo, recorde-se que uma região só pode(rá) atingir um grau satisfatório de desenvolvimento e de OT com repercussões positivas na QDV objectiva e subjectiva, se preencher num grau elevado, nomeadamente, as seguintes condições:

- a) Capacidade empresarial regional/local, (incluindo o acesso ao sistema bancário);
- b) Redes de inovação e de cooperação dos agentes da área (e sua ligação a naturais da zona que exerçam a sua actividade noutras regiões);
- c) Capital humano, (aperfeiçoado através de acções de educação e formação profissional);
- d) Mecanismos de apoio especial ao investimento produtivo;
- e) dotação em infra-estruturas económicas, (com especial relevância para as telecomunicações e os transportes);
- f) Dotação em infra-estruturas tecnológicas e científicas;
- g) Redes de comercialização e *marketing* das produções da zona;
- h) Infra-estruturas para prestação de serviços sociais (tanto quanto possível geridos localmente);
- i) Ambiente preservado (quer como factor de qualidade de vida e, quer como bem económico);
- j) Existência de uma autoridade regional com autonomia face ao poder central.

Exigências colocadas numa altura em que as políticas de desenvolvimento regional e local (da 4ª geração, a dos finais dos anos 90) entroncam (MAILLAT et

al, 1993; QUÉVIT, 1992b) em características tais como: i) desenvolvimento das externalidades de proximidade, de variedade e de acessibilidade, ii) articulação coerente entre o sistema territorial de produção e o sistema de cidades (inter)médias que regra geral estruturam uma região, e iii) existência indispensável de uma armadura urbana, cuja dimensão permita apoiar as dinâmicas de regeneração económica. Contexto este que tende a ocasionar o síndrome da metropolização, [cada cidade (inter)média é atingida pela tentação de tornar-se uma metrópole)]**Erro! Marcador não definido.**

Políticas cujas precedentes assentaram em estratégias, geraram medidas de intervenção e patologias (AYDALOT, 1976, 1986; CAMAGNI, 1992; COURLET 1993; GAROFOLI, 1992; MAILLAT, 1992, 1997; OCDE, 1993; PERRAT, 1992; QUÉVIT, 1992b; SIVIERO, 1994), que de alguma forma ainda subsistem como se pode verificar nos três parágrafos que se seguem, um por cada tipo de política partindo da mais recente para a mais longínqua.

Políticas da 3ª geração (fins dos anos 80) que começaram a incidir no desenvolvimento dos recursos intangíveis a fim de melhorar as vantagens competitivas.<sup>97</sup>

Políticas da 2ª geração (anos 70), apareceram com a crise económica, quando não havia crescimento para repartir. Estiveram associadas a dois fenómenos que alicerçaram a base de um outro modelo de desenvolvimento: i) a mudança da hierarquia das regiões, dado que as regiões industriais antigas perderam importância, e ii) o sucesso dos distritos industriais, nomeadamente os italianos.<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup> Para implementação destas políticas foram desencadeados os seguintes meios: i) *démarche* estratégica com a finalidade de conseguir objectivos definidos de forma concertada, ii) parcerias entre actores públicos (nacionais, locais e regionais) e privados (compreendendo organizações profissionais), iii) selecção de informação relevante referente aos outros sistemas territoriais, iv) mobilização de canais de financiamento, v) estimulação e animação de clusters, vi) alianças horizontais entre sistemas territoriais de produção, vii) inovações institucionais e nas instituições, viii) pesquisa de massa crítica, ix) políticas de imagem, x) aposta crescente no aperfeiçoamento do imaterial. Estas políticas surgiram quando teve início o grande impulso da globalização, e o aparecimento de uma multiplicidade de territórios, de onde pode emergir não somente a produção, mas também a inovação, verificando-se a confrontação do global e do local. A concretização destas políticas confrontou-se com o problema do ajustamento permanente às transformações da envolvente.

<sup>98</sup> Estes fenómenos estiveram na origem da teoria do desenvolvimento endógeno a partir de baixo (desenvolvimento a partir da base), que propugnava a importância do papel do sistema territorial e a exigência do território construído pelos actores, como resposta à crise do fordismo. Já não é mais a empresa isolada que conta, mas o conjunto territorial da produção, mais particularmente as suas capacidades de inovação e de adaptação, o que exige a mobilização do conjunto da comunidade local. Os meios postos em prática consistiram em: i) estimular a capacidade de empreendimento, a incubação de empresas e a parceria, ii) *maillage*, *interfacage*, *reseantrage*, e iii) a desconcentração regional de infra-estruturas e equipamentos tecnológicos. O principal problema decorrente destas

Políticas da 1ª geração (anos 60), no âmbito das quais o território foi encarado como um suporte ou elemento passivo. Estas políticas tiveram por finalidade estimular o crescimento económico, assentando nas teorias da mobilidade dos factores de produção, e nas teorias do fenómeno da polarização, e apontando para a melhoria dos factores de localização.<sup>99</sup>

As mudanças originadas por esta sequência vieram a dar origem a uma envolvente, que como vimos se caracteriza(rá) muito provavelmente nos próximos 13 anos por um contexto marcado por quatro traços fundamentais: i) globalização da economia; ii) emergência de um mosaico de sistemas territoriais de produção; iii) concorrência entre esses mosaicos sobre aspectos cada vez mais imateriais; iv) importância do papel das cidades (inter)médias.

Perante tais circunstâncias os sistemas territoriais devem estar dotados de cartas de navegação, e mecanismos de pilotagem, como os já mencionados para o Alentejo, que desencadeiem no interior do sistema a reactividade estrutural e a reactividade comportamental, indispensáveis para tornar obstáculos actuais e prováveis, que se deparam ao desenvolvimento, e garantir a mobilidade ascendente desse sistema.

## X. QUESTÕES FINAIS E LINHAS DE INVESTIGAÇÃO

### E após 2010 ?

Até que ponto poderá o Alentejo dessa época, vir a dispor, (para lá dos próximos 18 anos, por exemplo), de uma capacidade de “negociação” externa, que lhe permita reivindicar com firmeza e fazer valer os seus interesses legítimos, bem como por essa via conseguir uma posição mais favorecida no concerto das regiões da União Europeia,<sup>100</sup> independentemente do contexto não lhe ser totalmente favorável ?

---

políticas consistiu nos resultados pouco visíveis que proporcionaram, tendo ainda desencadeado riscos tais como: síndrome ou tentação da autarcia (empenho na auto-subsistência por parte dos sistemas territoriais regionais e locais), e síndrome de Pôncio Pilatos (desinteresse por problemas locais e regionais por parte do poder central).

<sup>99</sup> Os meios/medidas colocados em prática ao abrigo de tais políticas consistiram: i) no fomento de zonas industriais, ii) na construção de infra-estruturas rodoviárias, iii) na concessão de prémios e subsídios, e iv) no aligeiramento fiscal. Medidas que tendo possibilitado um certo sucesso, geraram no entanto em contrapartida um síndrome da filial ou síndrome do Mezzogiorno, pois verificou-se a pouca ou nenhuma inserção das filiais no sistema de produção local (economias de enclave).

<sup>100</sup> Aproveitando os aspectos positivos da dinâmica de mudança que entretanto se irá consolidando, decorrente da criação de uma constelação de condições, formada a partir dos investimentos já

### E até lá ?

Como se expressarão à meso-escala (sub-regional), e à micro-escala (local e sub-local), algumas das fragilidades mais perniciosas que afectam a região, (em especial a demográfica à micro-escala)? e quais as respectivas consequências? Paralelamente, como se expressarão também no âmbito das escalas referidas, as respectivas potencialidades?

Considerando que a resposta a estas questões é não só do interesse científico, mas também de interesse político (no sentido do melhor governo da realidade social), o autor aponta as seguintes linhas de investigação a explorar na sequência deste trabalho:

- a) Elaboração da proposta de um observatório, (na sequência de sugestão apresentada anteriormente), integrando variáveis que possibilitem escrutinar a evolução do Alentejo, referenciada à capacidade de “negociação” externa;
- b) Traçar as perspectivas mais prováveis que se deparam aos seguintes sistemas territoriais: i) NUTE III e grupos de concelhos (v.g. Zona dos Mármore, Margem Esquerda, Campo Branco, etc.); ii) concelhos mais problemáticos; iii) freguesias rurais mais desvitalizadas e em declínio aparente.

Os resultados destes estudos podem proporcionar também alguns contributos para a expansão e aperfeiçoamento de um raciocínio proactivo, (exigível a quem, e por quem decide sobre o território), que permita minorar os aspectos negativos do cenário mais provável, e preparar a região para o século XXI, de forma a manter

---

realizados, e a realizar, em infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento e à QDV (nomeadamente o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, as vias rodoviárias estruturantes -IP2 e IP8-, a concretização do porto de Sines, o aproveitamento turístico do litoral alentejano, os parques e zonas industriais, conjuntamente com o aproveitamento dos benefícios decorrentes da cooperação transfronteiriça, com os benefícios da qualificação dos recursos humanos, e com a actuação catalisadora das associações -ADL, NER, etc., e outras organizações sub-regionais e regionais), sementes que após desabrocharem, poderão atingir uma plenitude, que do ponto de vista das potencialidades/trunfos robustecerá o tónus energético, alargará o domínio informacional, e complementarmente beneficiará a imagem do Alentejo.

bem vivo o sentimento, partilhado por aqueles alentejanos e não alentejanos, para quem **O ALENTEJO É UMA PAIXÃO**.

## BIBLIOGRAFIA

### CITADA

ALVES, Paulo (1995) “Políticas públicas de promoção da competitividade com aplicação territorial na Marinha Grande” in OLIVEIRA, Luísa e Raul LOPES (coords) *Estudo socioeconómico da Marinha Grande e área envolvente -avaliação de potencialidades*, Lisboa, IEFP, pp. 147-166

AYDALOT, Philippe (1985), *Economie Régionale et Urbaine*, Paris, Economica

AYDALOT, Philippe (1986), *Milieus innovateurs en Europe*, Paris, GREMI

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude (1964), *Les étudiants et leurs études*, Paris, Mouton

CAETANO, José M. (1990), “O Acto Único e o processo de regionalização” *Cadernos de Economia*, nº 10, Jan/Mar, pp. 67-70

CAMAGNI, R., QUÉVIT, M. (Eds) 1992, *Politiques d’innovation technologique au niveau local*, Padoue, Université de Padoue

CCRA; CETA (1990), *Plano Energético da Região Alentejo (síntese e conclusões)*, s.l., CCRA/CETA

CCRA/CEDRU (1996), *Estudo para definição de uma base económica para a região Alentejo*, Évora, CCRA

COURLET, C.; SOULAGE, B. (1993), *Dynamiques industrielles et territoire*, Grenoble, IREPD

DAVIS, Kingsley; MOORE, Wilbert (1974) “Alguns princípios de estratificação social”, in VELHO, Otávio G. et al., *Estrutura de classes e estratificação social*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores

FRIEDMAN, John (1973), *Retracting America: A Theory of Transactive Planning*, New York, Anchor Books

GAROFOLI, G. (Ed.) (1992), *Endogenous development and Southern Europe*, Avebury, Aldershot

GEOIDEIA (1993), *Construir um futuro para as cidades de dimensão média*, (documento preparatório do Plano Estratégico da Cidade de Évora), Évora, Geoideia, 51 pp., (policopiado)

GLASSON, John (1978), *An Introduction to Regional Planning: Concepts, Theory and Practice*, 2ª ed., Londres, Hutchison

INGLEHART, R. (1977), *The Silent Revolution, Changing Values and Political Styles Among Western Publics*, Princeton, Princeton University Press

KOTLER, Philip et al (1993), *Marketing Places: Attracting Investment, Industry and Tourism to Cities, States and Nations*, Free Press/MacMillan

KRAMPEN, Martin (1986), “La transformation des relations entre espace et communication” in Vários, *La theorie de l'espace humain*, Geneve, UNESCO

LOPES, A. Simões (1980), *Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos*, I vol., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

LUGAN, Jean-Claude (1983), *La Petite Ville au Présent et au Futur*, Paris, CNRS

MAILLAT, D.; PERRIN, J-C. (Eds) (1992), *Entreprises innovatrices et développement territorial*, Neuchâtel, GREMI

MAILLAT, D.; ANSERMET, C.; LECHOT, G. (1993), *Villes de l'Arc jurassien: quels enjeux pour le développement régional?*, Neuchâtel, IRER - EDES

MAILLAT, Denis (1997), “Millieux innovateurs et nouvelles générations de politiques régionales”, in FERRÃO, João (coord.), *Políticas de inovação e desenvolvimento regional e local*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp. 13-30

MATEUS, Augusto et al (1995), *PORTUGAL XXI: Cenários de desenvolvimento*, Venda Nova, Bertrand Editora

McCLELLAND, David (1961),

MELO, Alberto (1996), “O local como polo de resistência ao totalitarismo economicista (ou da necessidade de uma nova economia política), in *Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*, Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos, pp. 591-610

MURTEIRA, Mário (1990), *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença (1ª ed.: 1983)

MURTEIRA, Mário (1995), *Economia Mundial - A Emergência duma Nova Ordem Global*, Lisboa, Difusão Cultural

NAZARETH, J. Manuel (1995), “Conclusões do Tema 1: População”, *Seminário sobre População, família e condições de vida*, Curia, INE

OCDE (1993), *Développement territorial et changement structurel. Une nouvelle perspective sur l’ajustement et la réforme*, Paris, OCDE

OLIVEIRA, Luísa (1995), “Desenvolvimento, competitividade e emprego: ‘das velhas’ às ‘novas’ potencialidades” in OLIVEIRA, Luísa e Raul LOPES (coords) *Estudo socioeconómico da Marinha Grande e área envolvente -avaliação de potencialidades*, Lisboa, IEFP, pp. 21-32

PARSONS, Talcott (1974) “Uma abordagem analítica para a teoria da estratificação social” in AGUIAR, Neuma, *Hierarquias em classes*, Rio de Janeiro, Zahar Editores

PERRAT, J. (1992), “Stratégies territoriales des firmes transnationales et autonomie du développement régionale et local”, *Revue d’Économie Régionale et Urbaine*, nº 5

PLANQUE, Bernard (1995), “Política Tecnológica Regional” (abstract), *Colóquio do GREMI sobre Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local*, Évora, 23/11/95

PNUD (1992), *Rapport Mondial sur le Developpement Humain*, Paris, Economica

QUÉVIT, Michel (1992a), “The regional impact of the international Market: a Comparative Analysis of Traditional Industrial Regions and Lagging Regions”, *Regional Studies*, vol. 24, nº 4, pp. 349-360

QUÉVIT, Michel (1992b), *Le rôle des PME dans le développement régional*, Louvain-la-Neuve, Université de Louvain-la-Neuve (policopiado)

QUÉVIT, Michel; VAN DOREN, Pascale (1995), “Dynamiques urbaines et milieux innovateurs: le cas de Charleroi”, *Colóquio do GREMI sobre Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local*, Évora, 23/11/95, 55 pp., (policopiado)

RICHARDSON, Bill; RICHARDSON, Roy (1992), *A Gestão Estratégica*, Lisboa, Editorial Presença

RODRIGUES, Maria João (1988), *O sistema de emprego em Portugal: crise e mutações*, Lisboa, Publicações Dom Quixote

SANTOS, Francisco Lopes (1993), *Estratégia e Competitividade*, Amadora, Quarta Vaga

SIMÕES, Jorge Abreu (1995), “O desenvolvimento da iniciativa empreendedora”, *O Economista*, nº 5, pp. 153-158

SIVIERO, A. (1994), *Le rôle des systèmes territoriaux de production dans la compétitivité nationale: le cas des activités à haute technologie*, (thèse de doctorat), Neuchâtel, EDES

TORRES, Adelino (1997), “A Europa e o ultraliberalismo” *Expresso*, nº 1274, de 28/3

WEBER, Max (1974), “Classe, status, partido” in VELHO, Otávio G. et al., *Estrutura de classes e estratificação social*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores

## CONSULTADA

AYDALOT, Philippe (1986), *Dynamique spatiale et développement inégal*, Paris, Economica

CE (1996), *Primeiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social*, Bruxelas, CECA-CE-CEEA

GEOIDEIA (1992), *Construir um futuro para as cidades de média dimensão (Texto de enquadramento para debate e reflexão sobre o Plano Estratégico de Évora)*, Évora, CME, 41 pp., (policopiado)

SÁNCHEZ LÓPEZ, Francisco (1994), “Impactos diferenciados de factores exogenos sobre las zonas rurales fronteirizas de España y Portugal”, *Territórios de Europa: el desarrollo regional en el contexto de la integracion Europea* (vol. III), Valladolid, Junta de Castilla y León/CEDRE, pp. 111-127

TREIMAN, Donald J. (1977), *Occupational prestige in comparative perspective*, New York, Academic Press

VALA, Jorge; VIEGAS, José M. Leite (1990), “Padrões de valores sociopolíticos em meio urbano”, in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século* (Actas do I Congresso Português de Sociologia), vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, pp. 679-693